



PREFEITURA DE
**SILVA
JARDIM**



PLANO DE CONTINGÊNCIAS 2024 - 2025

SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
PLANCON



PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA AMEAÇAS NATURAIS DE DESASTRES CARACTERÍSTICOS DO VERÃO NO MUNICÍPIO DE SILVA JARDIM-RJ

VERSÃO: 12

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 10/2024

**EXEMPLAR ORIGINAL PERTENCENTE À: SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA
CIVIL DE SILVA JARDIM - SEMDEC**

PREFEITURA DE SILVA JARDIM

Maira Branco Monteiro

Prefeita do Município de Silva Jardim

COORDENADORIA DE DEFESA CIVIL

Sidnei de Melo

Coordenador de Defesa Civil

Maick Salles Domingues de Souza

Coordenador de Defesa Civil

Jozinei Reis da Silva

Subcoordenador de Defesa Civil

PÁGINA DE ASSINATURAS

TÍTULO DA AUTORIDADE	ASSINATURAS
PREFEITO (A)	
COORDENADOR (A) MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	
COORDENADOR (A) MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	
SECRETÁRIO (A) CHEFE DO GABINETE CIVIL	
PROCURADOR (A) GERAL DO MUNICÍPIO	
CONTROLADOR (A) GERAL DO MUNICÍPIO	
SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE GOVERNO	
SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE FAZENDA	
SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE OBRAS	
SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	
SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO	
SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
SUBSECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	

SUBSECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E CULTURA	
SUBSECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE TRANSPORTE	
SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E PESCA	
SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
SUBSECRETÁRIO (A) MUNICIPAL ESPECIAL DE DIREITOS DAS MULHERES E MINORIAS	
SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MANUTENÇÃO	

REGISTRO DE CÓPIAS DISTRIBUÍDAS

Nº	ÓRGÃO	DATA	ASSINATURAS
1	SEMGAB		
2	PGM		
3	CGM		
4	SEMGOV		
5	SEMFA		
6	SEMMA		
7	SEMOB		
8	SEMSA		
9	SEMSP		
10	SEMCOM		
11	SEMTGPS		
12	SEMPDE		
13	SEMAD		
14	SEMEL		
15	SEMTICC		
16	SEMTRAN		
17	SEMAAP		
18	SEMECT		
19	SEDIMM		
20	SEMSMA		

21	Câmara Municipal de Vereadores		
22	Regional de Defesa Civil – REDEC Litorânea		
23	CBMERJ – 1/9 DBM Casimiro de Abreu		
24	120° DP – Silva Jardim		
25	5ª CIA – PMRJ		
26	Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD)		
27	ICMBio - Reserva Biológica de Poço das Antas		
28	Ministério Público – Silva Jardim		
29	Corregedoria Municipal		
30	PROLAGOS		
31	NUPDEC- Nova Silva Jardim		
32	Associação de Moradores de Sebastião Lan II		

SUMÁRIO

PÁGINA DE ASSINATURAS.....	4
REGISTRO DE CÓPIAS DISTRIBUÍDAS.....	6
1.0 INTRODUÇÃO.....	11
2.0 INSTRUÇÕES PARA MANUTENÇÃO DO PLANO.....	12
3.0 FINALIDADES.....	12
4.0 SITUAÇÃO E PRESSUPOSTOS.....	12
5.0 DADOS DO MUNICÍPIO.....	12
6.0 DOCUMENTO DE APROVAÇÃO.....	13
7.0 OBJETIVOS.....	13
8.0 DEFINIÇÃO DE DESASTRES.....	14
9.0 TIPOS DE DESASTRES HIDROLÓGICOS.....	14
10.0 TIPOS DE DESASTRES GEOLÓGICOS.....	15
11.0 TIPOS DE DESASTRE CLIMATOLÓGICO.....	15
12.0 ETAPAS DE DESASTRE.....	16
.....	16
13.0 DEFINIÇÃO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA....	17
14.0 RISCOS HIDROLÓGICOS POR BAIROS.....	18
14.1 BAIROS CAJU e NOVA SILVA JARDIM.....	19
14.2 BAIRRO CENTRO.....	23
14.3 BAIRRO NOSSA SENHORA DA LAPA E BIQUINHA.....	24
14.4 BAIRRO SEBASTIÃO LAN II.....	25
14.5 BAIRRO DE JUTURNAÍBA.....	26
14.6 BAIROS CAXITO e CESÁRIO ALVIM.....	27
14.7 BAIRRO IMBAÚ.....	28
14.8 BAIRRO CIDADE NOVA.....	29
14.9 BAIROS BOQUEIRÃO, LUCILÂNDIA E SILVA CUNHA.....	30
14.10 BAIROS FAZENDA BRASIL E ROMANÓPOLIS.....	31
14.11 BAIRRO CABIÚNAS.....	32
14.12 BAIRRO REGINÓPOLIS.....	32
14.13 DISTRITO VARGEM GRANDE.....	33
14.14 DISTRITO DE ALDEIA VELHA.....	34
14.15 DISTRITO DE GAVIÕES.....	35
14.16 DISTRITO DE PIRINEUS.....	36
14.17 DISTRITO DE BANANEIRAS.....	37
15.0 RISCO METEOROLÓGICO.....	38

15.1 BAIRRO BOQUEIRÃO.....	39
15.2 DISTRITO DE CAMBUCAES.....	39
15.3 DISTRITO DO IMBAÚ.....	40
16.0 RISCO CLIMATOLÓGICO.....	41
16.1 RESERVA BIOLÓGICA POÇO DAS ANTAS.....	42
16.2 BAIRRO NOVA SILVA JARDIM.....	44
17.0 RISCO GEOLÓGICO.....	45
17.1 BAIRRO CAXITO.....	46
17.2 DISTRITO DE ALDEIA VELHA.....	47
17.3 BAIRRO DE JUTURNAÍBA.....	47
17.4 BAIRRO CIDADE NOVA.....	48
17.5 BAIRRO BOQUEIRÃO.....	49
17.6 BAIRRO CENTRO.....	49
17.7 BAIRRO JUTURNAÍBA.....	50
17.8 BAIRRO CABIÚNAS.....	50
18.0 TABELA DE BAIROS E RISCOS.....	52
GRÁFICOS DE SÉRIE HISTÓRICA DOS PERÍODOS DE ESTIAGEM – ANOS 2022, 2023 E 2024....	54
GRÁFICO DE SÉRIE HISTÓRICA DOS FOCOS DE INCÊNDIO EM VEGETAÇÃO – ANO 2024....	55
GRÁFICOS DE SÉRIE HISTÓRICA DO PERÍODO DE CHUVAS DE VERÃO ANOS 2021-2022, 2022-2023 E 2023-2024.....	56
19.0 PRESSUPOSTOS DO PLANEJAMENTO.....	57
20.0 ATIVAÇÕES DO PLANO.....	58
21.0 CRITÉRIOS PLUVIOMÉTRICOS DO CEMADEN.....	58
22.0 CRITÉRIOS PLUVIOMÉTRICOS NA BACIA DO CAPIVARI.....	59
23.0 NÍVEIS DE AVISO.....	59
24.0 AUTORIDADE PARA ATIVAÇÃO DO PLANO.....	60
25.0 PROCEDIMENTO DE ATIVAÇÃO DO PLANO.....	60
25.1 INSTALAÇÃO DO GABINETE DE CRISE.....	60
25.2 PROTOCOLOS DE COORDENAÇÃO.....	61
25.3 ORGANIZAÇÃO DA ÁREA AFETADA.....	62
25.4 DESMOBILIZAÇÃO.....	63
26.0 IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS.....	64
27.0 MONITORAMENTO.....	64
28.0 ACIONAMENTO DOS RECURSOS PÚBLICO E PRIVADO.....	66
29.0 DIMENSIONAMENTOS DO EVENTO E ACIONAMENTO DE RECURSOS ESTADUAL E FEDERAL.....	66

30.0 PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E LEGAIS DECORRENTES DA SITUAÇÃO DE ANORMALIDADE.....	67
31.0 CONSOLIDAÇÃO DO PRIMEIRO RELATÓRIO.....	67
32.0 AÇÕES DE SOCORRO/BUSCA E SALVAMENTO.....	67
33.0 RECURSOS POR SECRETARIA.....	68
34.0 PRIMEIROS SOCORROS E ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR.....	73
34.1 ATENDIMENTO MÉDICO E CIRÚRGICO DE URGÊNCIA.....	73
35.0 EVACUAÇÃO.....	75
36.0 CADASTRAMENTO DE VÍTIMAS.....	75
37.0 ABRIGAMENTO.....	75
38.0 RECEBIMENTO, ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE DOAÇÕES.....	76
39.0 MANEJO DE MORTOS.....	76
40.0 SOLICITAÇÃO DE RECURSOS DE OUTROS MUNICÍPIOS E DO NÍVEL ESTADUAL OU FEDERAL.....	76
41.0 ATENDIMENTOS AO CIDADÃO E À IMPRENSA (INFORMAÇÕES SOBRE OS DANOS, DESAPARECIDOS, ETC.).....	76
42.2 REABILITAÇÕES DE CENÁRIOS.....	77
43.0 RESTABELECIMENTOS DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS.....	77
44.0 ATRIBUIÇÕES GERAIS.....	77
45.0 COORDENAÇÃO, COMANDO E CONTROLE DA SEMDEC.....	78
46.0 TABELA DE ATRIBUIÇÕES:.....	80
47.0 CONTATOS:.....	81
48.0 ÓRGÃOS DE APOIO.....	82
49.0 CONTATOS DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL E ÓRGÃOS ESTADUAIS.....	83
50.0 CENTRO DE TRIAGEM E PONTOS DE ABRIGAMENTO.....	84
51.0 PONTOS DE ABRIGAMENTO (ESCOLAS).....	84
52.0 PONTOS DE ABRIGAMENTO (IGREJAS).....	85
53.0 MATRIZ DE RESPONSABILIDADE.....	86
54.0 MODELO DE DECRETO PARA DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ANORMALIDADE.....	88
55.0 MODELO - OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE MATERIAL DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA.....	90
56.0 MODELO – OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE RECONHECIMENTO.....	91
57.0 MODELO – OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO ESTADUAL.....	92
58.0 MODELO DE DECRETO DE GERENCIAMENTO DE CRISE.....	93
59.0 MODELO - FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE ATUAÇÃO MUNICIPAL EM RESPOSTA A DESASTRE.....	95
60.0 MODELO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS MATERIAIS DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA.....	96
61.0 MODELO – FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES DO DESASTRE – FIDE.....	97

62.0 MODELO DE DECLARAÇÃO MUNICIPAL DE ATUAÇÃO EMERGENCIAL - DMATE.....	101
63.0 REGISTROS DE ALTERAÇÕES.....	104

1.0 INTRODUÇÃO

O presente Plano é estruturado de acordo com os seguintes tópicos: Introdução, Finalidade, Dados do Município e Pressupostos, Operações, Atribuição de Responsabilidades, Administração, Logísticas e Anexos. O Plano foi elaborado para ser aplicado nas áreas de risco diagnosticadas no Município, com situações relacionadas às ameaças naturais.

O Plano tem como propósito orientar as ações a serem tomadas, pelos órgãos públicos e entidades privadas, envolvidos nos casos de eventos oriundos de ameaças naturais e para sua efetiva aplicação deverão ser utilizadas as instalações e percursos, explicitamente, considerados no planejamento e em seus anexos.

Este Plano deve ser revisado, anualmente, para atualização dos dados, mantendo, assim, a sua confiabilidade.

➤ **MISSÃO DA SEMDEC**

Amparar e proteger pessoas, meio ambiente e patrimônio, promovendo a redução dos riscos de desastres, priorizando as ações preventivas e preparativas, para responder às adversidades e restabelecer a normalidade com eficiência, de forma sistêmica, coordenada e sustentável ao Município de Silva Jardim.

➤ **PLANO DE CONTINGÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE SILVA JARDIM, PARA CHUVAS INTENSAS**

O Plano foi elaborado para nortear as ações de preparação e resposta, na possibilidade da ocorrência de um desastre, causado por Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4 (COBRADE), que são chuvas que ocorrem com acumulados significativos, causando múltiplos desastres, com consequências geológicas e hidrológicas (deslizamentos, inundações, enxurradas, alagamentos), impactando em danos e prejuízos à população.

➤ **ACIONAMENTO DO PLANO**

Este Plano de Contingência encontra-se, permanentemente, ativo pela SEMDEC, podendo seus integrantes serem mobilizados a qualquer momento, para que disponibilizem recursos, suporte técnico

ou logística, em apoio a possíveis ocorrências de eventos adversos e/ou situações de desastres que possam ocorrer no Município, visando a volta ao estágio de “normalidade”.

2.0 INSTRUÇÕES PARA MANUTENÇÃO DO PLANO

Para melhoria e concretização deste Plano de Contingência, deverão os órgãos envolvidos na sua elaboração e aplicação realizar exercícios e simulado em conjunto, uma vez ao ano, sob a coordenação da SEMDEC de Silva Jardim, sendo emitido um relatório ao final, destacando os pontos do Plano que merecerão alteração ou reformulações, citando, assim, as dificuldades encontradas na sua execução, onde serão emitidas sugestões para o aprimoramento dos procedimentos adotados. Com base nas informações contidas no relatório, os órgãos participantes reunir-se-ão, anualmente, para elaborar a revisão do Plano, lançando uma nova versão, que deverá ser distribuída aos órgãos de interesse.

3.0 FINALIDADES

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, para as Ameaças Naturais do Município de Silva Jardim, estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos, nas respostas as emergências e desastres quanto à atuação direta ou indireta de cada um, nos eventos relacionados às ameaças naturais, recomendando e padronizando a partir da adesão dos órgãos signatários, os aspectos relacionados ao monitoramento, alerta, alarme e resposta, incluindo as ações de socorro, ajuda humanitária e reabilitação de cenários, a fim de reduzir os danos e prejuízos decorrentes de desastres naturais.

4.0 SITUAÇÃO E PRESSUPOSTOS

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, para as Ameaças Naturais do Município de Silva Jardim-RJ, foi desenvolvido por meio da análise de avaliações e mapeamentos dos fatos ocorridos e dos cenários de risco, identificados como prováveis e relevantes, caracterizados como hipóteses possíveis de desastres. Levou, ainda, em consideração alguns pressupostos para o planejamento, que são premissas adotadas para o Plano e consideradas de suma importância, para sua compreensão e utilização.

5.0 DADOS DO MUNICÍPIO

O Município de Silva Jardim está localizado nas coordenadas Lat 22°39'03.33”S e Long 42°23'25.84”O, 35 metros acima do nível do mar, na microrregião da bacia do Rio São João, interior

do Estado do Rio de Janeiro e próximo à Serra do Mar. O Município possui uma população de 21.352 habitantes, distribuídos numa área de 937,755 Km², possuindo uma densidade demográfica baixa de 22,77 hab/km², segundo os dados do Censo IBGE 2022.

Silva Jardim se encontra no percurso da Bacia Hidrográfica do Rio São João, possuindo, em seu território também, outros diversos rios (Capivari, Maratuã), o que aumenta a possibilidade de ocorrências, oriundas de grandes precipitações pluviométricas. O mesmo possui características, em sua maior parte, rural, com diversas comunidades isoladas do centro urbano, dificultando o acesso e também as ações em casos de resposta a desastres.

6.0 DOCUMENTO DE APROVAÇÃO

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, para Ameaças Naturais do Município de Silva Jardim, estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos, direta ou indiretamente, na prevenção e na resposta a emergências e desastres, relacionados a estes eventos naturais.

O presente Plano foi elaborado e aprovado, pelos órgãos e instituições integrantes do Sistema Municipal de Defesa Civil de Silva Jardim, identificados na página de assinaturas, os quais assumem o compromisso de atuar de acordo com a competência que lhes é conferida, bem como realizar as ações para a criação e manutenção das condições necessárias ao desempenho das atividades e responsabilidades previstas neste Plano.

7.0 OBJETIVOS

Planejar o emprego dos recursos disponíveis, de um grupo de atividades coordenadas, composta por dirigentes e/ou servidores dos diversos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais, sob a Coordenação da SEMDEC, visando os Riscos de Desastres que podem ocorrer em nossa cidade. Envolver os mais diversos Órgãos Públicos: Municipais, Estaduais e Federais, do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e os mais diversos segmentos da sociedade organizada e das comunidades. Ex: as Associações de Moradores, os NUPDECs, ONGs, Comerciantes etc. Focar as ações de prevenção e socorro, para as áreas consideradas vulneráveis ao desastre, principalmente, relacionados com os efeitos naturais (chuvas prolongadas ou súbitas, enxurradas, incêndios e deslizamentos de massas), visando reduzir a vulnerabilidade, evitando danos e preservando vidas, assim como restabelecer a situação de normalidade no Município, no menor prazo possível,

preservando o Município e as comunidades vulneráveis para as situações críticas em períodos chuvosos e outros eventos naturais.

8.0 DEFINIÇÃO DE DESASTRES

São resultados de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade, envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a sua capacidade de lidar com o problema, usando meios próprios.

9.0 TIPOS DE DESASTRES HIDROLÓGICOS

Inundações: (COBRADE 1.2.1.0.0)



“Submersão de áreas fora dos limites normais, de um curso de água, em zonas que, normalmente, não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente, ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.”

Alagamentos: (COBRADE 1.2.3.0.0)



“Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.”

Enxurradas: (COBRADE 1.2.2.0.0)



“Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente, em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.”

10.0 TIPOS DE DESASTRES GEOLÓGICOS



Deslizamentos (COBRADE 1.1.3.2.1)

“São movimentos rápidos de solo ou rocha, apresentando superfície de ruptura bem definida, de duração relativamente curta, de massas de terreno geralmente bem definidas quanto ao seu volume, cujo centro de gravidade se desloca para baixo e para fora do talude. Frequentemente, os primeiros sinais desses movimentos são a presença de fissuras.”



Corridas de Massa (COBRADE 1.1.3.3.1)

“Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, o solo/lama, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso, de extenso raio de ação e alto poder destrutivo”



Erosão de Margem Fluvial (COBRADE 1.1.4.2.0)

“Esse tipo de erosão é causado pela água dos rios, transformando o seu curso em vales mais profundos do que o seu entorno. Além disso, quando não há uma vegetação nas margens dos cursos d'água, elas são erodidas pela força das águas, intensificando processos de assoreamento e alargamento do leito das bacias de drenagem”

11.0 TIPOS DE DESASTRE CLIMATOLÓGICO



Incêndio Florestal (COBRADE 1.4.1.3.1)

“É a propagação do fogo, em áreas florestais e de savana (cerrados e caatingas), normalmente, ocorre com frequência e intensidade nos períodos de estiagem e está, intrinsecamente, relacionada com a redução da umidade ambiental”

12.0 ETAPAS DE DESASTRE

PRÉ-DESASTRE:

Essa etapa se subdivide em 3 ações, sendo elas Prevenção, Mitigação e Preparação. Elas servem para promover intervenções planejadas, com o objetivo de promover efetividade às medidas que antecedem os desastres.



PREVENÇÃO

MITIGAÇÃO

PREPARAÇÃO

DESASTRE:

Essa etapa é onde ocorre o desastre em si. É essencial uma resposta imediata as situações adversas causadas, uma vez que o socorro e a assistência às vítimas são prioridades máximas, assim como também o reestabelecimento dos serviços essenciais.



RESPOSTA

PÓS-DESASTRE:

A etapa final após o desastre. Trata-se da recuperação da infraestrutura, reabilitação do meio ambiente, da economia e retorno do bem-estar social.



RECUPERAÇÃO

13.0 DEFINIÇÃO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Situação de Emergência é a alteração intensa e grave das condições de normalidade, em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo, *parcialmente*, sua capacidade de resposta.

Por sua vez, Estado de Calamidade Pública é a alteração intensa e grave das condições de normalidade, em um determinado Município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo, *substancialmente*, sua capacidade de resposta.



14.0 RISCOS HIDROLÓGICOS POR BAIRROS

INUNDAÇÕES - COBRADE (1.2.1.0.0)



ALAGAMENTOS - COBRADE (1.2.3.0.0)



ENXURRADAS - COBRADE (1.2.2.0.0)



14.1 BAIRROS CAJU e NOVA SILVA JARDIM

Risco – Inundações (COBRADE 1.2.1.0.0) e Alagamentos (COBRADE 1.2.3.0.0).

Local – Bairro Caju – Latitude 22°38'49.48"S e Longitude 42°23'45.86"O

Local – Bairro Nova Silva Jardim – Latitude 22°38'42.60" S Longitude 42°23'43.46"O

Descrição – Bairros em crescimento populacional acentuado, localizados às margens do Rio Capivari. A ação das fortes chuvas e a falta de drenagem ocasiona os alagamentos no bairro Nova Silva Jardim.

Resumo histórico – Com um histórico de inundação, devido aos transbordamentos das águas fluviais do Rio Capivari, os bairros Nova Silva Jardim e Caju sofrem com inundações há 06 (seis) décadas, sendo os casos mais graves registrados no Verão.

Em dezembro de 2001, aproximadamente, 25 pessoas ficaram desalojadas, devido às inundações, além de 04 casas interditadas.

Em Janeiro de 2009, mais de 200 pessoas foram afetadas e diversas residências atingidas, com o nível da água chegando ao teto.

Em 2016, dos atingidos diretamente, 3795 habitantes ocuparam abrigos públicos, 600 pessoas ocuparam 04 abrigos provisórios e instituições mantidas pela Secretaria Municipal de Promoção Social. O restante ficou em casa de familiares, sendo cadastrados pela Promoção Social.

Em 2018, dos 1700 atingidos diretamente, 1620 pessoas ficaram desalojados, não necessitando de abrigo público e 80 pessoas ficaram desabrigadas e foram alocadas em abrigo provisório, mantido pela Secretaria de Trabalho, Habitação e Promoção Social.

No ano de 2019, foram instalados quatro sistemas de drenagem, para o escoamento das águas fluviais, que começam no meio do bairro e vão até as margens do Rio Capivari. Esses mesmos sistemas, ao invés de só escoar as águas pluviais, acabou fazendo com que entrassem do Rio Capiravi por ele, inundando o bairro com 76 mm, abaixo da sua margem de segurança que seria de 120 mm

No dia 13/01/2020, foram registrados 131,6 mm que causou o transbordamento do Rio Capivari, deixando 49 pessoas desabrigadas e 04 pessoas desalojadas devido à inundação. No dia 01/03/2020, foram registrados 113,6 mm o que deixou 37 pessoas desabrigadas e 01 pessoa desalojada. Dia 17/03/2020, o pluviômetro instalado no Caju registrou 76 mm/4h. O transbordamento do Rio Capivari

ocorreu às 22h30min, deixando 25 pessoas desabrigadas. No dia 30/03/2020, ocorreu alagamento na Rua dos ‘Quero-Quero’, acarretado pelo sistema de drenagem.

No ano de 2022, dia 08/01, o pluviômetro localizado na base da Defesa Civil registrou acumulado de 84 mm, fazendo com que o Rio Capivari atingisse a marca de 2,50 m, não ocasionando o transbordamento do mesmo, porém, alagando diversas ruas do bairro, por conta da falha do sistema de drenagem. Diante do acionamento do Gabinete de Crise, foi aberto o abrigo temporário, para o acolhimento em caso de desabrigados, onde, no entanto, o mesmo não foi utilizado, pois não houve desabrigados.

No dia 28/01/2024, no Município de Silva Jardim/RJ, por volta das 18h30min, iniciaram Chuvas Intensas (COBRADE 1.3.2.1.4), acometendo o bairro Nova Silva Jardim. Foram registrados 117.2 mm de chuva em 24h, assim, ocasionando pontos de Inundação (COBRADE 1.2.1.0.0) e Alagamento (COBRADE 1.2.3.0.0) no bairro supracitado.

O Rio Capivari teve seu nível elevado a partir das 21h30min de 28/01/2024, onde às 22h40min o mesmo alcançou o nível de 2 metros, atingindo sua margem de segurança. Às 0h20min do dia 29/01 o referido Rio alcançou o nível de 2,60 m, fazendo com que as manilhas de drenagem do bairro trabalhassem em papel inverso, trazendo às águas fluviais para o interior do bairro. Foram realizadas rápidas respostas, para impedir a entrada das águas pelo sistema de drenagem, com máquinas retroescavadeiras e caminhões. Às 02h15min o Rio transbordou, pelas ruas Geraldo Gerônimo da Silva (pizzaria Du Gil) e Rua dos Colibris (bar Beira Rio), ocasionando de fato a inundação do bairro. O dique de contenção que está sendo construído teve total eficiência, impedindo a inundação de diversas ruas, por onde o mesmo já existe, fazendo com que as mesmas tivessem apenas bolsões de alagamento.

Às 5h do dia 29/01 o Rio Capivari atingiu a marca de 3,30 m e se estabilizou, onde às 5h30min o mesmo começou a reduzir seu nível lentamente. O bairro Nova Silva Jardim obteve, aproximadamente, entre 50 e 60 centímetros de água nas ruas, não deixando desabrigados ou desalojados. Medidas de respostas continuaram sendo tomadas, até as 18h do dia 29/01, afim de escoar as ruas inundadas e alagadas. Às 22h50min do dia 29/01, o Rio atingiu a marca de 50 cm e continuou diminuindo lentamente.

No dia 07/03/2024, o Município de Silva Jardim foi acometido por Chuvas Intensas (COBRADE 1.3.2.1.4.), num curto espaço de tempo, sendo esta iniciada às 14h e cessada às 17h, com índice pluviométrico de 96 mm. Iniciada a ação de monitoramento constante, por esta Defesa Civil, a marcação de nível fluviométrico, localizada no Rio Capivari e tendo como ponto de referência a

Pizzaria Oliva/Barragem do Gill (Bairro Caju/Nova Silva Jardim), constatou-se que às 17h a “Barragem do Gill” indicava marcação de 50 cm.

Às 18h do mesmo dia, o Rio atingiu o nível de 2 m, dando início ao procedimento de fechamento das comportas das caixas coletoras do dique, recém-construído na localidade. O dique, eficazmente, conteve as águas e, com a manobra de fechamento das comportas executadas pela Defesa Civil, a mesma impediu a entrada das águas fluviais do Rio Capivari. O nível do Rio Capivari sofreu um pico, onde às 2h da madrugada, do dia 08/03/2024, teve seu ápice de 2,75 m e, a partir das 3h o mesmo começou a baixar suas águas, sem causar danos e transtornos aos munícipes e a localidade.

Fatores Risco – O fator agravante destes bairros é a sua instalação, na planície de inundação do Rio Capivari. Os bairros vêm crescendo, rapidamente, e os investimentos em saneamento, esgoto e escoamento, não acompanharam este processo.

Monitoramento Hidro Meteorológico do INEA – Através do Sistema de Monitoramento Hidro Meteorológico é possível acompanhar a cota do nível do Rio Capivari, sendo definida em 3,90 m para o seu transbordamento.

Resultados estimados – Um desastre nestas localidades teria, como prováveis resultados, um elevado número de desabrigados e desalojados, além de diversos danos e prejuízos.

Evolução – Em novembro do ano de 2023, deu-se início a primeira obra de mitigação de inundação (COBRADE 1.2.1.0.0) do bairro Nova Silva Jardim, com seu codinome (Dique do Rio Capivari). O mesmo foi pensado e projetado, a fim de conter a entrada das águas fluviais no respectivo Bairro. Foram, aproximadamente, seis meses de obra até a sua execução final, onde provou-se sua eficácia no dia 08/03/2024, quando o Rio Capivari atingiu a marca de 2,75 m e o bairro Nova Silva Jardim não sofreu nenhuma interferência de entrada das águas fluviais do mesmo.

Vale ressaltar que, com a construção do referido dique, foram instaladas novas caixas coletoras com sistema de comportas, para impedir, assim, o retorno das águas fluviais pelas mesmas no período de cheias. O referido dique apresenta, aproximadamente, as seguintes dimensões: comprimento de 1400 m; largura de 5 m e altura de 1,3 m. Sua estrutura é formada, basicamente, por material composto de barro saibro – corte de talude.



Figura: imagem ilustrativa da extensão do dique marginal ao bairro e suas respectivas caixas coletoras.



Figura: imagem de parte do dique.

Além dessa relevante obra, também iniciou-se em dezembro de 2023 a limpeza e desassoreamento do Rio Capivari, por meio do projeto LIMPA-RIO, onde contemplará aproximadamente 6.900 metros, iniciando na Ponte RJ 140 até a foz da Lagoa de Juturnaíba.

14.2 BAIRRO CENTRO

Risco – Alagamentos (COBRADE 1.2.3.0.0) e Deslizamentos (COBRADE 1.1.3.2.1).

Local – Bairro Centro – Latitude 22°39'1.98"S e Longitude 42°23'27.60"O

Descrição – O Centro do Município de Silva Jardim, possui um sistema de captação de águas de chuva que não suportam uma quantidade elevada de precipitação pluviométrica, por se tratar de um escoamento de águas pluviais muito antigos, as manilhas usadas não dão suporte às intensas águas que empoçam nas vias.

Resumo histórico – Na última década, com o crescimento populacional, muitas residências foram construídas, diminuindo o escoamento das águas da chuva, assim como o asfaltamento das vias do centro da cidade que dificulta a drenagem das águas pelo solo, foi quando começou a acontecer casos de alagamentos no Centro, colocando pessoas em contato com águas contaminadas.

Ocorreram Chuvas Intensas (COBRADE 1.3.2.1.4), registradas no dia 07 de fevereiro de 2023, às 16h, com um índice pluviométrico de 125.6 mm, causando pequenos pontos de alagamento na área central.

Fatores contribuintes – A falta de consciência das pessoas que jogam lixo no chão e que nas chuvas são levados até os bueiros, contribuindo para o seu entupimento, são os fatores que mais contribui para os alagamentos no centro da cidade.

Resultados estimados – Os resultados possíveis são o aumento da ocorrência de doenças, causadas por água suja, como cólera e leptospirose, além de deixar pessoas ilhadas, devido à dificuldade de acesso em alguns pontos da localidade.

14.3 BAIRRO NOSSA SENHORA DA LAPA E BIQUINHA.

Risco – Inundações (COBRADE 1.2.1.0.0).

Local – Bairro N.Sr.^a da Lapa – Latitude 22°39'18.32"S e Longitude 42°23'33.11"O

Local - Bairro Biquinha – Latitude 22°39.'16.09"S e Longitude 42°23'48.58"O

Descrição – Bairros situados próximos ao Centro do Município de Silva Jardim e às margens do valão da caixa, um dos afluentes do Rio Capivari em área urbana.

Resumo histórico – Na última década, com o crescimento populacional desordenado dos bairros e o aumento no nível de lançamento de esgoto in natura, os níveis de poluição do valão da caixa aumentaram, consideravelmente, e, com isso, também aumentou a incidência de eventos relacionados ao transbordamento do valão. Nos anos de 2005, 2007, 2010 e 2011, 2016, houve inundação nas localidades, sendo que, em 2010, 18 famílias ficaram desabrigadas e em todos eles houve aumento significativo dos casos de leptospirose, devido ao contato com a água contaminada.

No dia 13/01/2020, foi registrado 130 mm/24h o que causou a inundação de diversas ruas e residências das localidades. No dia 22/02/2020, ocorreu o mesmo evento, porém os dados pluviométricos não foram registrados. No dia 17/03/2020, foram registrados 76 mm/4h que acarretaram no transbordamento do valão da caixa, causando inundação de ruas e residências.

Fatores contribuintes – O baixo nível de saneamento básico é fator que contribui para o aumento da vulnerabilidade da comunidade. As habitações em nível precário e a média de quase seis habitantes por residência, além do baixo nível de consciência sobre os riscos envolvidos também agravam a situação.

Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta – As chuvas intensas causam o aumento do nível do valão da caixa, com a continuidade da chuva e o conseqüente transbordo do mesmo, a população destas localidades citadas ficam suscetíveis aos riscos de inundações, principalmente, nas ruas Sansão Pedro David (Nossa Sr.^a da Lapa) e Dona Ivani (Biquinha).

Resultados estimados – Os resultados prováveis são os aumentos das ocorrências de doenças causadas por água contaminada, como cólera e leptospirose, podendo ir além do nível suportado pelo Sistema Municipal de Saúde, assim como diversas famílias desabrigadas e desalojadas, além de pessoas ilhadas, devido à dificuldade de acesso de alguns pontos dessas localidades.

Componentes críticos – A ocorrência de morros, alguns sem pavimentação e com acesso através de vielas estreitas, juntamente, com as condições atuais de assoreamento, assim como o avanço do desmatamento da vegetação ciliar localizada no valão da caixa são fatores que tornam críticos o acesso a alguns pontos de resgate.

14.4 BAIRRO SEBASTIÃO LAN II

Risco – Inundações (COBRADE 1.2.1.0.0).

Local – Bairro Sebastião Lan II – Latitude 22°32'50.75"S e Longitude 42°14'10.56"O

Descrição – Comunidade rural localizada às margens do Rio São João, próximo ao limite do Município com Casimiro de Abreu, também conhecida pelo nome de “Varjão”.

A comunidade está dividida em 82 lotes, que variam entre 8 e 12 hectares cada, distribuídos pela comunidade. Destes lotes, existem 45 ocupados por famílias, que residem e já produzem no local.

Resumo histórico – No ano de 2009, o assentamento ainda era ocupado por mais de 100 famílias, devido às fortes chuvas na região, 56 pessoas tiveram que ser removidas deste assentamento por equipes de resgate. Elas foram removidas por terra, utilizando veículos de tração 4x4, porém mesmo assim a equipe de resgate enfrentou dificuldades no acesso a este local, por água diretamente em embarcações que as levaram para Casimiro de Abreu e por transporte aéreo do Corpo de Bombeiros.

Nos dias 13/01/2020 e 03/03/2020, houve o transbordamento do rio que provocou a inundação do assentamento.

Fatores contribuintes – O assentamento se encontra a jusante a barragem de Juturnaíba, que em períodos de chuvas intensas com a elevação do nível dos Rios São João, Aldeia Velha e Indaiaçú, ocasionando, assim, o transbordamento dos mesmos. As vias de acesso não são pavimentadas, e em períodos de chuva ocorre a alteração na superfície da estrada, o que influencia, negativamente, as suas condições de tráfego.

Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta – Os eventos podem evoluir, principalmente, das duas maneiras a seguir: diretamente pela ação das águas das chuvas ou através da abertura das comportas da represa de Juturnaíba. O monitoramento é feito através de contato constante

com o Consórcio Intermunicipal Lagos São João – CILSJ, para controle e retirada das pessoas em caso de necessidade de abertura das comportas.

Resultados estimados – Um evento nesse assentamento teria, como maior efeito, a necessidade de remoção e realocação das famílias deste local.

Componentes críticos – A proximidade com a represa de Juturnaíba vulnerabiliza este assentamento, juntamente, com as cheias do Rio São João, formam os elementos críticos envolvidos para esta localidade.

14.5 BAIRRO DE JUTURNAÍBA.

Risco – Inundações (COBRADE 1.2.1.0.0), Deslizamentos (COBRADE 1.1.3.2.1) e Erosão de Margem Fluvial (COBRADE 1.1.4.2.0).

Local – Bairro Juturnaíba – Latitude 22°37'9.76"S e Longitude 42°18'18.62"O

Descrição – Situado às margens da represa de Juturnaíba que tem 43 km², também conhecida como Lagoa de Juturnaíba, pelos habitantes do local, o bairro é composto por uma colônia de pescadores e alguns restaurantes e pousadas pequenas, para pessoas que visitam a região.

Resumo histórico – O maior evento ocorrido nesta localidade aconteceu no ano de 2009, quando um *deck* com mais de 2 metros de altura, construído no restaurante “Peixe Vivo” ficou submerso. A estrada de acesso desta via, por não ser pavimentada, ficou intransitável e pessoas tiveram que ser removidas de suas casas em embarcações. No ano de 2016, devido às fortes chuvas, o acesso ao bairro também ficou impossibilitado.

Em janeiro de 2022, ocorreu inundação do bairro, onde o pluviômetro localizado na Unidade Básica de Saúde registrou um acumulado de 149.6 mm nas últimas 96h, deixando desabrigados e desalojados, além de muitos afetados pela inunda o do único acesso ao bairro.

Fatores contribuintes – A não existência de atendimento médico 24 horas no bairro e as residências em área de risco, são alguns fatores que contribuem para o aumento do mesmo. Além do fato, de a única via de acesso, por terra, não ser pavimentada e dificilmente transitável, até por veículos tracionados em dias de chuva forte.

Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta – A evolução para inundação na represa de Juturnaíba está associada a uma precipitação pluviométrica superior aos 120 mm, em um período reduzido de tempo, o que não acontece repentinamente, portanto seu monitoramento se dá através das previsões de tempo, dos sistemas estaduais e federais de meteorologia e pluviômetros.

Componentes críticos – A estrada sem pavimentação e em condições de trânsito muito precárias, ladeada pela represa de Juturnaíba e por encostas e morros que é o principal componente crítico envolvido.

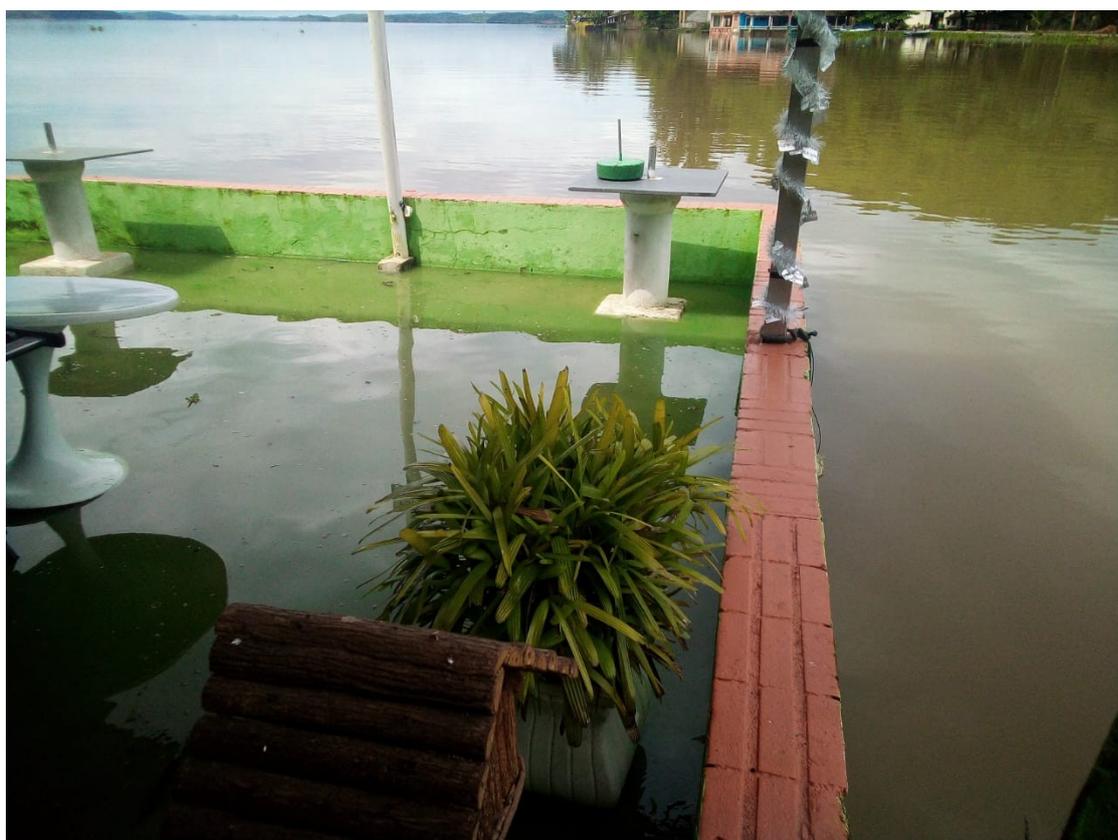


Figura: inundação do restaurante 'Peixe Vivo', em janeiro de 2022.

14.6 BAIROS CAXITO e CESÁRIO ALVIM.

Riscos - Alagamentos (COBRADE 1.2.3.0.0) e Deslizamentos (COBRADE 1.1.3.2.1).

Local – Bairro Caxito – Latitude 22°39'46.48"S e Longitude 42°30'15.22"O

Local – Bairro Cesário Alvim – Latitude 22°38'24.58"S e Longitude 42°28'30.84"O

Descrição – Bairros situados às margens da Rodovia BR-101, são cortados pelos Rios Imbaú e Capivari e suas terras estão abaixo do nível de altura da rodovia.

Resumo histórico – No ano de 2001, 06 pessoas ficaram desalojadas, pois suas residências haviam sido inundadas pelas águas. Em 2002, a Escola Municipal que funciona em Cesário Alvim teve as aulas interrompidas, por se encontrar inundada. No dia 13/01/2020, no bairro Caxito, as chuvas causaram transbordamento do rio que corta o bairro, ocasionando a obstrução temporária da via.

Fatores contribuintes – À distância até pontos de referência em atendimento médico (10 a 14 km), baixos níveis de saneamento básico.

Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta – Os eventos evoluem a partir do aumento das precipitações. Não, necessariamente, tem que haver a cheia dos rios para a ocorrência de um evento. Como existem poucos bueiros, os riscos de acúmulo de águas de chuva existem, trazendo também o risco da disseminação de doenças associadas. O monitoramento se dá através das leituras efetuadas nos pluviômetros semiautomáticos, instalados nos bairros Cesário Alvim e Imbaú.

Resultados estimados – O resultado estimado de um evento deste aponta a perda de residências e interdição da via de acesso, no Caxito e Cesário Alvim. Aponta também a interrupção das aulas em Cesário Alvim, além de uma quantidade grande de pessoas desabrigadas nos 02 bairros e um aumento súbito no nível de contaminação de pessoas, por doenças associadas ao contato com água suja, como cólera e leptospirose.

Componentes críticos – O baixo nível das terras, que joga água da rodovia para localidade, os acessos em vias não pavimentadas e a falta de mecanismos como bueiros para que não haja alagamento.

14.7 BAIRRO IMBAÚ

Riscos - Inundações (COBRADE 1.2.1.0.0), Alagamentos (COBRADE 1.2.3.0.0) e Enxurradas (COBRADE 1.2.2.0.0).

Local – Bairro Imbaú – Latitude 22°37'0.65"S e Longitude 42°28'39.11"O

Descrição – Bairro situado às margens da Rodovia BR-101, cortado pelos Rios Imbaú e Capivari e suas terras estão abaixo do nível de altura da rodovia.

Resumo histórico – Em Imbaú, nos anos de 2012 e 2016, a ponte que liga a Estrada de Gaviões foi destruída, devido a uma enxurrada, onde o trânsito teve que ser desviado. Já nos dias 13/01/2020,

01/03/2020 e 17/03/2020, ocorreram inundações em diversas ruas. E ainda no dia 30/03/2020, a chuva provocou pontos de alagamento.

Fatores contribuintes – A distância até pontos de referência em atendimento médico (10 a 14 km), baixos níveis de saneamento básico.

Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta – Os eventos evoluem a partir do aumento das precipitações. Não, necessariamente, tem que haver a cheia dos rios para a ocorrência de um evento. Como existem poucos bueiros, os riscos de acúmulo de águas de chuva existem, trazendo também o risco da disseminação de doenças associadas. O monitoramento se dá através das leituras, efetuadas no pluviômetro semiautomático instalado no bairro.

Resultados estimados – O resultado estimado de um evento deste aponta a perda de residências e interdição da via de acesso em Imbaú. Aponta também a interrupção das aulas, além de uma quantidade de pessoas desabrigadas no bairro e um aumento súbito no nível de contaminação de pessoas por doenças associadas ao contato com água suja, como cólera e leptospirose.

14.8 BAIRRO CIDADE NOVA

Risco – Alagamentos (COBRADE 1.2.3.0.0) e Deslizamentos (COBRADE 1.1.3.2.1).

Local – Bairro Cidade Nova – Latitude 22°39'34.84"S e Longitude 42°23'28.22"O

Descrição – Bairro próximo ao centro do Município, possui uma comunidade com muitas residências em morros. Existem muitas residências construídas abaixo do nível das vias, o que facilita o acesso das águas.

Resumo histórico – Essa comunidade passou por um processo de crescimento populacional muito acentuado na última década, foram construídas nesta localidade muitas casas populares para abrigarem moradores carentes.

Fatores contribuintes – Por se tratar de uma comunidade que não possui um sistema de saneamento básico adequado, e o aumento no número de residências construídas fora dos padrões de segurança.

Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta – Os eventos evoluem a partir do aumento das precipitações, pois as águas entram, facilmente, nas residências devido aos terrenos

estarem abaixo do nível das vias. Esta área é monitorada por leituras, efetuadas na estação meteorológica doada pelo INMET e instalada no bairro Fazenda Brasil e do pluviômetro instalado no bairro Centro, possibilita o monitoramento a fim de evitar tragédias nesta localidade.

Resultados estimados – Os resultados prováveis são os aumentos das ocorrências de doenças causadas por água contaminada, como Cólera e Leptospirose, podendo ir além do nível suportado pelo sistema municipal de saúde, assim como diversas famílias desabrigadas e desalojadas, além de pessoas ilhadas devido à dificuldade de acesso de alguns pontos dessas localidades.

14.9 BAIRROS BOQUEIRÃO, LUCILÂNDIA E SILVA CUNHA

Risco – Inundações (COBRADE 1.2.1.0.0), Alagamentos (COBRADE 1.2.3.0.0) e Deslizamentos (COBRADE 1.1.3.2.1).

Local – Bairro Boqueirão – Latitude 22°36'51.91"S e Longitude 42°24'30.43"O

Local - Bairro Lucilândia – Latitude 22°37'5.73"S e Longitude 42°24'54.30"O

Local - Bairro Silva Cunha – Latitude 22°36'45.88"S e Longitude 42°24'26.45"O

Descrição – Bairros situados às margens da Rodovia BR-101 e suas terras estão abaixo do nível de altura da rodovia.

Resumo histórico – Na última década, com o crescimento populacional desses bairros, houve um aumento no nível de lançamento de esgoto nos córregos e pequenos rios próximos. No dia 17/03/2020, ocorreu inundação de algumas ruas do bairro Boqueirão. E no dia 30/03/2020, a chuva provocou pontos de alagamento do mesmo bairro. Nos anos de 2021 e 2022, houve alagamentos constantes na Rua Antônio Pereira Lopes, no bairro Boqueirão.

Fatores contribuintes – O baixo nível de saneamento básico é o fator que contribui para o aumento da vulnerabilidade da comunidade, assim como algumas vias não pavimentadas e que em épocas de chuvas alagam, impedindo o trânsito de pedestres.

Resultados estimados – Os resultados prováveis são os aumentos das ocorrências de doenças causadas por água contaminada, como cólera e leptospirose, assim como a interdição de algumas vias de acesso.

Componentes críticos – As vias sem pavimentação não possuem drenagem suficientes, para impedir o alagamento das vias dos bairros.

14.10 BAIRROS FAZENDA BRASIL E ROMANÓPOLIS

Risco – Alagamentos (COBRADE 1.2.3.0.0), Inundações (COBRADE 1.2.1.0.0) e Deslizamento (COBRADE 1.1.3.2.1).

Local – Bairro Fazenda Brasil - Latitude 22°38'46.15"S e Longitude 42°24'8.24"O

Local – Bairro Romanópolis – Latitude 22°38'48.37"S e Longitude 42°24'50.37"O

Descrição – Bairros situados próximos ao centro do município de Silva Jardim, não possuem saneamento, uma grande maioria das residências possuem poços artesianos, por falta de um fornecimento regular de água potável, para moradores destas localidades.

Resumo histórico – Em 2009, houve inundação nas localidades, sendo que nenhuma família ficou desabrigada, porém houve aumento significativo de casos de leptospirose, devido ao contato com a água contaminada.

Fatores contribuintes – O baixo nível de saneamento básico e o crescimento populacional desordenado dos bairros aumentam emissão de esgoto in natura, fator que contribui para o aumento da vulnerabilidade da comunidade.

Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta – As chuvas intensas causam o aumento do nível do valão, com a continuidade da chuva e o consequente transbordo do mesmo, as residências próximas aos valões ficam suscetíveis aos riscos de inundações. As equipes de socorro serão colocadas em estado de alerta, quando houver precipitação superior a 40 mm de 01/h a 04/h e 60 mm em um período de 24 horas.

Resultados estimados – Os resultados prováveis são os aumentos das ocorrências de doenças causadas por água contaminada, como cólera e leptospirose, podendo ir além do nível suportado pelo sistema municipal de saúde, assim como diversas famílias desabrigadas e desalojadas, além de pessoas ilhadas, devido à dificuldade de acesso de alguns pontos dessas localidades.

Componentes críticos – A falta de pavimentação e bueiros entupidos, que não capitam as águas da chuva, são fatores que facilitam o avanço das águas, até as residências.

14.11 BAIRRO CABIÚNAS

Risco – Inundações (COBRADE 1.2.1.0.0) e Erosão de Margem Fluvial (COBRADE 1.1.4.2.0).

Local – Bairro Cabiúnas – Latitude 22°39'17.30"S e Longitude 42°20'28.49"O

Descrição – Bairro situado em área rural do município, próximo à lagoa de Juturnaíba.

Resumo histórico – Existem pontos nas vias de acesso que, em tempos de chuva, ficam inundados, devido ao transbordamento de pequenos açudes e da lagoa, impedindo o trânsito de pedestres.

Fatores contribuintes – O baixo nível das vias de acesso facilita o escoamento das águas da chuva, que caem nos pastos e morros próximos para via, juntamente, com o transbordamento da lagoa, ocasionado inundações em vários pontos da via de acesso a Cabiúnas.

Resultados estimados – O resultado provável é a interrupção do trânsito de pedestres e veículos automotivos nessa via, até que o nível das águas abaixe.

14.12 BAIRRO REGINÓPOLIS

Risco – Alagamentos (COBRADE 1.2.3.0.0) e Inundações (COBRADE 1.2.1.0.0).

Local – Bairro Reginópolis – Latitude 22°38'54.30"S e Longitude 42°23'44.20"O

Descrição – Bairro situado próximo ao centro do Município de Silva Jardim e do Bairro Caju.

Resumo histórico – Na última década, houve um crescimento populacional acentuado neste bairro, aumentaram as construções de residências e as vias de acesso foram asfaltadas, ocorreram obras de saneamento básico em quase todo bairro e também foram realizadas obras de construções de galeria, para o escoamento das águas pluviais.

No ano de 2016, as ruas ficaram alagadas, devido às fortes chuvas, obstruindo a passagem de veículos e pedestres.

Fator contribuinte – As chuvas intensas e contínuas, somadas com a baixa capacidade da vazão das manilhas da galeria de águas pluviais, ocasionam alagamentos nas vias transversais deste bairro.

Resultados estimados – Devido aos alagamentos, moradores têm dificuldades de transitar por estas vias, e até de sair ou retornarem às suas residências.

Componentes críticos – O contato com estas águas contaminadas podem ocasionar transmissões de doenças, como cólera ou leptospirose.



Figura: Alagamento da Avenida Silva jardim, em março de 2016.

14.13 DISTRITO VARGEM GRANDE

Risco – Inundações (COBRADE 1.2.1.0.0).

Local – Distrito Vargem Grande – Latitude 22°30'24.07"S e Longitude 42°25'49.06"O

Descrição – Distrito situado no interior de Silva Jardim, localizado entre Bananeiras e Pirineus, área rural e que possui uma Escola Municipal, onde funciona conjugado uma sala de atendimento de saúde, para população local.

Resumo histórico – Existe nesta localidade um riacho que, segundo relatos dos moradores, em épocas de forte precipitação pluviométrica, transborda, inundando parte do acesso a esta localidade, impedindo a entrada e saída de veículos e moradores.

Em 09/01/2020, uma chuva intensa causou uma enxurrada, que destruiu uma ponte e erodiu, completamente, uma via de acesso à localidade.

Fatores contribuintes – As chuvas intensas causam o aumento do nível do riacho e consequente transbordo do mesmo. As manilhas localizadas nestes pontos de vulnerabilidade não suportam grandes volumes de águas, fazendo com que elas invadam a via de acesso, inundando e tornando esta via intransitável, para os moradores e equipes de socorro, agravando a situação, em uma possível necessidade de salvamento.

Resultados estimados – Os resultados prováveis são: isolamento desta comunidade, assim como uma possível ruptura neste ponto da via, pegando motoristas e pedestres desavisados, para os perigos eminentes.

14.14 DISTRITO DE ALDEIA VELHA

Risco – Inundações (COBRADE 1.2.1.0.0) e Enxurradas (COBRADE 1.2.2.0.0) e Deslizamentos (COBRADE 1.1.3.2.1).

Local – Distrito de Aldeia Velha – Latitude 22°27'51.09"S e Longitude 42°18'20.95"O

Descrição – Distrito localizado na divisa do Município de Silva Jardim, com Casimiro de Abreu. Importante ponto turístico da região, por possuir a maior concentração nacional de RPPNs (Reserva Particular do Patrimônio Natural). Aldeia Velha está situada às margens do Rio de mesmo nome, afluente do Rio São João. Estima-se que essa população aumente no período de ápice turístico, devido à presença de pessoas que lotam as pequenas pousadas e campings do lugar.

Resumo histórico – As cheias do Rio Aldeia Velhas ocorrem, sazonalmente, sempre entre os meses de novembro e março, interditando a via de acesso ao distrito. No ano de 2009, diversas pessoas ficaram ilhadas e sem atendimento médico, durante dois dias, enquanto duraram as chuvas. Em 2011 e 2012, novamente, com a cheia do rio, pessoas foram impedidas de sair ou voltar para esta localidade, devido à interdição da via de acesso. Segundo a Associação de Moradores, é comum pessoas faltarem

o dia de trabalho, perderem consultas médicas e, até mesmo, não retornar para suas casas no período de cheias do rio.

Em 2016, as enxurradas não afetaram a localidade. Em 11/12/2019, foi registrado um índice pluviométrico de 66.8 mm/1h, que causou obstrução temporária da via de acesso principal, devido ao transbordamento do rio Aldeia Velha. Em 13/01/2020, o rio Aldeia Velha, novamente, causou inundação e isolou seu povoado. Recorrentemente, nos anos de 2021 e 2022, o Rio Aldeia Velha causou a inundação de alguns pontos de acesso à localidade.

Fatores contribuintes – Por se tratar de uma região, com grande concentração de montanhas e as chuvas nem sempre acontecerem nos locais, onde se encontram os banhistas eles acabam se descuidando com a segurança, acampando em locais próximos às margens dos rios, sem observar os fatores naturais de riscos.

Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta – As enxurradas, por acontecerem de maneira abrupta, caracterizam um risco súbito, para banhistas e pessoas que acampem às margens do rio. Sua evolução pode acontecer, sem que seja vista chuva no local. O monitoramento deve ser feito através de parcerias, com a Defesa Civil deste Município e, em casos de aumento no nível de precipitações, a retirada das pessoas, em áreas de riscos, deve ser imediata.

Componentes críticos – Os principais componentes críticos envolvidos são: pela falta de avisos nos locais de risco, quando turistas e banhistas, por desconhecerem os riscos, permanecem no local onde pode acontecer eventos de enxurrada, uma vez que as chuvas nas cabeceiras do rio acontecem a quilômetros de distância, principalmente, nas cidades de Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu.

14.15 DISTRITO DE GAVIÕES

Risco – Enxurradas (COBRADE 1.2.2.0.0) e Corridas de Massa (COBRADE 1.1.3.3.1).

Local – Bairro Gaviões – Latitude 22°33'54.43"S e Longitude 42°31'44.31"O

Descrição – Bairro situado no interior de Silva Jardim, em área rural, suas terras estão situadas em encostas, por se tratar de uma região montanhosa. O Rio São João passa por toda sua extensão.

Resumo histórico – Essa comunidade vive da economia agrícola, uma vez que seus moradores tiram seu sustento das fazendas ao seu redor. Existem relatos de casos de enxurradas nesta localidade, que nem sempre precisa está chovendo na localidade, para acontecer este fenômeno, pois basta chover,

intensamente, nas serras fazendo com que grande volume de águas desçam de forma abrupta, podendo pegar muitas pessoas desprevenidas próximas ao rio, causando mortes e ferimentos graves.

Em fevereiro de 2022, uma enxurrada removeu uma ponte de tubo galvanizado, impedindo o escoamento agrícola e deixando moradores ilhados.

Em março de 2022, diante de uma forte chuva, uma corrida de massa veio a acometer a localidade, impedindo o escoamento agrícola e deixando moradores ilhados.

Fatores contribuintes – Por se tratar de uma região, com grande concentração de montanhas e as chuvas nem sempre acontecerem nos locais, onde se encontram os banhistas eles acabam se descuidando com a segurança, acampando em locais próximos às margens dos rios, sem observar os fatores naturais de riscos.

Componentes críticos – Os principais componentes críticos envolvidos são: a falta de avisos nos locais de risco, quando turistas e banhistas, por desconhecerem os riscos de eventos de enxurrada, uma vez que as chuvas nas cabeceiras do rio acontecem a quilômetros de distância, principalmente, nas cidades de Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu.

14.16 DISTRITO DE PIRINEUS

Risco – Enxurradas (COBRADE 1.2.2.0.0).

Local – Bairro Pirineus – Latitude 22°31'6.39"S e Longitude 42°28'53.89"O

Descrição – Distrito situado no interior de Silva Jardim, em área rural, suas terras estão situadas em encostas, por se tratar de uma região montanhosa. O Rio Pirineus passa por toda sua extensão.

Resumo histórico – Essa comunidade vive da economia agrícola, uma vez que seus moradores tiram seu sustento das fazendas ao seu redor. Existem relatos de casos de enxurradas nesta localidade, que nem sempre precisa estar chovendo na localidade para acontecer este fenômeno, pois basta chover, intensamente, nas serras fazendo com que grande volume de águas desça de formas abruptas, podendo pegar muitas pessoas desprevenidas próximas ao rio, causando mortes e ferimentos graves.

Fatores contribuintes – Por se tratar de uma região, com grande concentração de montanhas e as chuvas nem sempre acontecerem nos locais onde se encontram os banhistas, eles acabam se

descuidando com a segurança, acampando em locais próximos às margens dos rios, sem observar os fatores naturais de riscos.

Componentes críticos – Os principais componentes críticos envolvidos são: a falta de avisos nos locais de risco, com a possibilidade da perda de vidas e acidentes de pescadores e banhistas, por desconhecerem os riscos de eventos de enxurrada, uma vez que as chuvas nas cabeceiras do rio acontecem a quilômetros de distância, principalmente, nas cidades de Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu.

14.17 DISTRITO DE BANANEIRAS

Risco – Enxurradas (COBRADE 1.2.2.0.0) e Inundações (COBRADE 1.2.1.0.0).

Local – Distrito de Bananeiras – Latitude 22°29'52.78"S e Longitude 42°30'38.21"O

Descrição – Estima-se que essa população aumente no período de ápice turístico, devido à presença de pessoas que lotam a pequena pousada e áreas 'camping' do lugar.

Resumo histórico – No Rio Bananeiras ocorrem, ocasionalmente, as enxurradas, fenômeno também conhecido pelos moradores locais como cabeça d'água, foi relatado por moradores que as águas deste rio que é tranquila, desceram com tanta força e violência que foi capaz de destruir uma ponte e levar toda sua estrutura rio abaixo, deixando pessoas do outro lado ilhadas, porém não houve vítimas neste incidente.

Em 13/01/2020, o Rio Maratuã transbordou, causando obstrução em uma das vias de acesso.

Em 07 e 08 de Janeiro de 2022, foram registrados, nos pluviômetros da Defesa Civil, uma média de 100mm de chuvas em 24h. Conseqüentemente, o distrito de Bananeiras veio a sofrer com inundações e deslizamento de massas, uma vez que é um distrito cortado por rio, que por sua vez tem sua vazão potencializada, acarretando os eventos supracitados.

Fatores contribuintes – Por se tratar de uma região, com grande concentração de montanhas e as chuvas nem sempre acontecerem nos locais, onde se encontram os banhistas eles acabam se descuidando com a segurança, acampando em locais próximos às margens dos rios, sem observar os fatores naturais de riscos.

Componentes críticos – Os principais componentes críticos envolvidos são: a falta de avisos nos locais de risco, com a possibilidade da perda de vidas de turistas e banhistas por desconhecerem os riscos de eventos de enxurrada, uma vez que as chuvas nas cabeceiras do rio acontecem a quilômetros de distância, principalmente, nas cidades de Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu.

Evolução – Em maio de 2023, teve início a obra de alteamento da estrada de Bananeiras, com sua conclusão em novembro de 2023. Essa obra tem como objetivo a elevação do nível da estrada, mitigando os riscos de inundação da mesma, que em épocas de chuvas intensas os moradores da localidade ficavam ilhados, impossibilitando ações de emergência, como também, o escoamento agrícola.

15.0 RISCO METEOROLÓGICO

VENDAVAL - COBRADE (1.3.2.1.5)



15.1 BAIRRO BOQUEIRÃO

Risco – Vendaval (COBRADE 1.3.2.1.5.)

Local - Bairro Boqueirão – Latitude 22°36'51.91”S e Longitude 42°24'30.43”O

Descrição - Bairro situado às margens da Rodovia BR-101 e suas terras estão abaixo do nível de altura da rodovia

Resumo histórico – Em janeiro de 2022, o bairro foi, severamente, afetado por fortes ventos, onde o mesmo veio a derrubar inúmeras árvores e destelhar casas, causando transtorno a residentes e munícipes que ali transitam.

Fatores contribuintes - Por estar localizado em região de relevo, entre áreas montanhosas e de baixada, se torna propícia para tal fenômeno.

15.2 DISTRITO DE CAMBUCAES

Risco – Vendaval (COBRADE 1.3.2.1.5.)

Local - Bairro Cabiúnas – Latitude 22°39'17.30”S e Longitude 42°20'28.49”O

Descrição - Bairro situado às margens da Rodovia BR-101 e suas terras estão abaixo do nível de altura da rodovia

Resumo histórico - Em janeiro de 2022, o bairro foi, severamente, afetado por fortes ventos, onde o mesmo veio a derrubar inúmeras árvores e destelhar casas, causando transtorno a residentes e munícipes que ali transitam.

Fatores contribuintes - Por estar localizado em região de relevo, entre áreas montanhosas e de baixada, se torna propícia para tal fenômeno.

15.3 DISTRITO DO IMBAÚ

Risco - Vendaval (COBRADE 1.3.2.1.5.)

Local - Bairro Imbaú – Latitude 22°37'0.65"S e Longitude 42°28'39.11"O

Descrição - Bairro situado às margens da Rodovia BR-101, cortado pelos Rios Imbaú e Capivari e suas terras estão abaixo do nível de altura da Rodovia.

Resumo histórico – Nos anos de 2020, 2021 e 2022, o bairro foi, severamente, afetado por fortes ventos que vieram a derrubar inúmeras árvores, causando transtorno a moradores da localidade, pois as mesmas vieram a obstruir vias de grande fluxo.

Fatores contribuintes - Por estar localizado em áreas montanhosas, se tornando região propícia para tal fenômeno.

16.0 RISCO CLIMATOLÓGICO

INCÊNDIO FLORESTAL - COBRADE (1.4.1.3.1)



16.1 RESERVA BIOLÓGICA POÇO DAS ANTAS

Risco – Incêndio Florestal (COBRADE 1.4.1.3.1).

Local – Reserva Biológica Poço das Antas - Latitude 22°30'6.48"S e Longitude 42°16'8.03"O

Descrição – Situada na Rodovia BR 101 km 215, a Reserva Biológica de Poço das Antas tem como marcos geográficos referenciais a Rodovia BR-101 ao norte, o Rio Aldeia Velha a leste e o Rio São João como limite a oeste, entre os paralelos 22°30' e 22°33' de latitude sul e os meridianos 42°15' e 42°19' de longitude oeste. Totalmente contida no Município de Silva Jardim, faz fronteira com os Municípios de Casimiro de Abreu a nordeste e de Araruama ao sul. Com uma área de, aproximadamente, 5.000 hectares foi criada em 11 de maio de 1974, teve como objetivos primordiais para sua criação a preservação do Mico-leão-dourado e a Preguiça-de-coleira, ambas espécies ameaçadas de extinção, sendo o primata, endêmico da região.

Resumo histórico – Os incêndios florestais ocorrem com maior recorrência e intensidade na área situada a sudeste da Unidade de Conservação, possuindo topografia plana, com ocorrência de morros baixos isolados e espaços na paisagem, esta área, outrora sob saturação hídrica, sofreu, na década de 1970, uma forte drenagem através de um amplo projeto de drenagem regional viabilizado pelo Poder Público Federal (Extinto Departamento de Obras e Saneamento, DNOS). Compreendendo uma extensão de cerca de 1300 ha, tem fisionomia vegetal caracterizada, predominantemente, por campo de baixada.

Os incêndios recorrentes são, na sua maioria, originados na Fazenda Arizona, área limítrofe a unidade numa extensão de 4 km, cujo limite natural é o rio Aldeia Velha. Atualmente, esta área pertence ao INCRA e está ocupada pelos movimentos sociais. Os incêndios ocorrem no inverno, durante os meses de junho a outubro, período, normalmente, seco na nossa região, quando os produtores rurais usam a queimada como prática agrícola, para o preparo do solo.

A área em questão é acessada por estrada não pavimentada, com início na cidade de Casimiro de Abreu, prosseguindo no sentido da Fazenda Arizona, também conhecido como “Varjão”, finalizando na margem esquerda do Rio Aldeia Velha, sendo este corpo hídrico limítrofe a Reserva Biológica de Poço das Antas. O referido rio é tributário do rio São João, que igualmente é limítrofe a Unidade e está localizado na mesma região. Ainda com referência aos pontos de captação d'água, destacamos a existência nas proximidades da área crítica de ocorrência de incêndios o reservatório de Juturnaíba,

bastante utilizado no abastecimento de *Bambi Bucket* nas operações de combate aos incêndios com aeronaves (helicópteros).

Brigadas de incêndio: A unidade possui uma brigada de prevenção e combate aos incêndios florestais compostas por 06 (seis) brigadistas, cuja base operacional está localizada junto à administração. Para o desenvolvimento das atividades de prevenção e combate a incêndios, a unidade possui equipamentos específicos como: Viaturas, Material de Sapa, Moto Bombas Portáteis, Mangueiras e demais acessórios, Roçadeiras, Abafadores etc.

Medidas preventivas adotadas no período que antecede a época de incêndios: durante o período que antecede, assim como durante o período de risco de ocorrência de incêndios são adotadas diversas medidas preventivas como:

- Abertura e limpeza de aceiros de proteção;
- Limpeza e manutenção das vias de acesso aos pontos críticos;
- Rondas diárias efetuadas pela brigada, inclusive nos finais de semana e feriados na área crítica de ocorrência de incêndios;
- Ações rotineiras realizadas pela equipe de fiscalização da unidade, visando coibir a caça, pesca predatória assim como, atividades de prevenção aos incêndios florestais;
- Contato permanente com os moradores da área crítica de ocorrência de incêndios, visando sempre inibir o uso do fogo como prática agrícola;
- Detecção e extinção, sempre que possível, dos focos iniciais de incêndios na área crítica de ocorrência;
- Treinamentos rotineiros com equipamento moto-bomba e mangueiras para a pronta execução de linhas d'água.

Fatores contribuintes – Proximidade com o assentamento Sebastião Lan II, a má utilização de fogo em fazendas vizinhas, a queda de raios e quedas de balões de festas juninas são fatores que com a ajuda do forte calor e estiagem em determinada época do ano, causam a maioria dos incêndios já ocorridos.

Resultados estimados – Com base em dados anteriores, um possível incêndio nessa região causaria a devastação de aproximadamente 20% da área verde da reserva.

Componentes críticos – Devido à vegetação densa e haver apenas uma via de acesso para

veículos, em caso de incêndios as possíveis equipes de resgate necessitam se locomover a pé, dificultando assim o combate do mesmo, contando apenas com ajuda de helicópteros.

Obs.: As informações supracitadas foram fornecidas em parceria com o ICMBiO.

16.2 BAIRRO NOVA SILVA JARDIM

Risco – Incêndios em Áreas não Protegidas (COBRADE1.4.1.3.2).

Local – Bairro Nova Silva Jardim Latitude 22°38'42.60" S Longitude 42°23'43.46"O

Descrição – Bairro Nova Silva Jardim em fase de crescimento populacional acelerado. Localiza-se às margens do Rio Capivari.

Resumo histórico – Como este bairro fica muito próximo a uma fazenda e ainda há terrenos baldios, existem históricos de incêndios devido à caça de preás nesta região, o início do incêndio, geralmente, é realizado para assustar os animais e assim encurralá-los facilitando a sua captura. A situação foi ainda mais grave em épocas de secas, pois o capim seco facilita a queimada sendo que se espalha também, rapidamente, ao redor da área de caça dificultando o seu combate. Muitos dos focos de incêndios são causados pelos próprios moradores, no intuito de limpeza de terrenos.

Fatores Risco – O fator agravante deste bairro é o fogo se espalhar, rapidamente, até as residências, causando um rastro de destruição e mortes.

Componentes críticos – O fogo pode chegar até as residências, rapidamente, causando mortes e destruição, além da fuligem que chega até o centro urbano, levada pelo vento, assim como a fumaça, podendo provocar doenças respiratórias nos moradores próximos a esta área.

17.0 RISCO GEOLÓGICO

DESLIZAMENTO DE MASSA - COBRADE (1.1.3.2.1)



EROSÃO DE MARGEM FLUVIAL - COBRADE (1.1.4.2.0)



CORRIDA DE MASSA - COBRADE (1.1.3.3.1)



17.1 BAIRRO CAXITO

Risco - Deslizamento (COBRADE 1.1.3.2.1).

Local – Bairro Caxito – Latitude 22°39'46.48”S e Longitude 42°30'15.22”O.

Descrição – Bairro situado às margens da Rodovia BR-101, possui muitas residências localizadas em morros e ao entorno deles. O Caxito é a localidade em situação de maior risco de deslizamento, no Município de Silva Jardim.

Resumo histórico – Essa comunidade passou por um processo de crescimento populacional muito acentuado na última década e, portanto, foi a partir daí que residências começaram a ser construídas, sobre morros e em torno. Em 2009, houve deslizamento de solo no Caxito, assim como interdição de vias de acesso a alguns pontos deste bairro. Porém, em 2013, foi possível mapear os pontos de prováveis riscos iminentes e não iminentes desta localidade, através de trabalho de campo que contou com Geólogos da empresa TWG, contratados pela DRM (Serviço Geológico do Rio de Janeiro), com este serviço foi possível identificar 15 moradias e um total de 54 pessoas que moram nas áreas de risco no Caxito.

Fatores contribuintes – Por ser uma localidade cercada por fazendas e não existirem muitas opções, para os moradores que desejam construir novas residências, eles acabam utilizando os morros e encostas para construírem.

Resultados estimados – Os resultados estimados de um evento deste apontam a perda de vidas, residências e outros bens, como também a interdição de casas ao entorno da área de risco, assim como a interdição de algumas vias de acesso próximas.

Componentes críticos – A falta de oferta de terrenos fora de área de risco faz com que os morros e encostas seja cada vez mais utilizados para a construção de novas residências.

17.2 DISTRITO DE ALDEIA VELHA

Risco – Deslizamento (COBRADE 1.1.3.2.1).

Local – Aldeia Velha – Latitude 22°27'51.09"S e Longitude 42°18'20.95"O.

Resumo histórico – Essa comunidade passou por um processo de crescimento populacional muito acentuado na última década e, portanto, foi a partir daí que residências começaram a ser construídas sobre morros e em torno, porém em 2013 foi possível mapear os pontos de prováveis riscos iminentes e não iminentes desta localidade, através de trabalho de campo que contou com Geólogos da empresa TWG contratados pela DRM (Serviço Geológico do Rio de Janeiro), com este serviço foi possível identificar uma moradia e um total de 02 pessoas que moram nas áreas de risco em Aldeia Velha.

Resultados estimados – Os resultados estimados de um evento deste apontam a possível perda de bens, como também a interdição de casas ao entorno da área de risco e algumas vias de acesso próximas.

Componentes críticos – A falta de oferta de terrenos fora de área de risco faz com que os morros e encostas seja cada vez mais utilizados, para a construção de novas residências.

17.3 BAIRRO DE JUTURNAÍBA

Risco – Deslizamentos (COBRADE 1.1.3.2.1).

Local – Bairro Juturnaíba – Latitude 22°37'9.76"S e Longitude 42°18'18.62"O.

Resumo histórico – Em 2013, foi possível mapear os pontos de prováveis riscos iminentes e não iminentes desta localidade, através de trabalho de campo que contou com Geólogos da empresa TWG contratados pela DRM (Serviço Geológico do Rio de Janeiro).

O monitoramento dessas áreas foi realizado pelos Geólogos, juntamente, com os órgãos competentes. Os moradores foram alertados, para os perigos e também aconselhados, pela equipe técnica a realizarem construções de muros de contenções, assim como a observação de novos indícios que aponte perigos as suas residências.

Resultados estimados – Os resultados estimados de um evento deste apontam a possível perda de bens, como também a interdição de casas, ao entorno da área de risco e de algumas vias de acesso próximas.

Componentes críticos – As construções irregulares e a estrada sem pavimentação e em condições de trânsito muito precárias, ladeada pela represa de Juturnaíba e por encostas e morros são os principais componentes críticos envolvidos.

17.4 BAIRRO CIDADE NOVA

Risco - Deslizamento (COBRADE 1.1.3.2.1)

Local – Bairro Cidade Nova – Latitude 22°39'34.84"S e Longitude 42°23'28.22"O

Resumo histórico – Em 2013, foi possível mapear os pontos de prováveis riscos iminentes e não iminentes desta localidade, através de trabalho de campo que contou com Geólogos da empresa TWG contratados pela DRM (Serviço Geológico do Rio de Janeiro).

Fatores contribuintes – A falta de opções, em construir em áreas planas, faz com que a cada dia surjam novas construções em morros e encostas, as construções clandestinas realizadas por pessoas não qualificadas, sem autorização do poder público responsável e sem o acompanhamento de um engenheiro ou arquiteto, comprometendo, assim, até outras residências.

Resultados estimados – O resultado estimado de um evento deste aponta possível perda de vidas, residências e interdição da via de acesso desta localidade.

Componentes críticos – O grande número de construções feitas em morros e encostas, sem planejamento e supervisão de profissional habilitado.

17.5 BAIRRO BOQUEIRÃO

Risco - Deslizamento (COBRADE 1.1.3.2.1).

Local – Bairro Boqueirão – Latitude 22°36'49.99"S e Longitude 42°24'27.87"O.

Resumo histórico – Essa comunidade passou por um processo de crescimento populacional muito acentuado na última década e, portanto, foi a partir daí que residências começaram a ser construídas, sobre morros e em torno. Em 2013, foi possível mapear os pontos de prováveis riscos iminentes e não iminentes desta localidade, através de trabalho de campo que contou com Geólogos da empresa TWG contratados pela DRM (Serviço Geológico do Rio de Janeiro), com este serviço foi possível identificar 02 moradias e um total de 04 pessoas que moram nas áreas de risco.

Fatores contribuintes – Por ser uma localidade cercada por fazendas e não existirem muitas opções para os moradores que desejam construir novas residências, eles acabam utilizando os morros e encostas para construírem.

Resultados estimados – Os resultados estimados de um evento deste apontam a perda de vidas, residências e outros bens, como também a interdição de casas ao entorno da área de risco, assim como a interdição de algumas vias de acesso próximas.

Componentes críticos – A falta de oferta de terrenos fora de área de risco faz com que os morros e encostas seja cada vez mais utilizados, para a construção de novas residências.

17.6 BAIRRO CENTRO

Risco - Deslizamento (COBRADE 1.1.3.2.1)

Local – Bairro Centro/Pioneiro – Latitude 22°39'4.09"S e Longitude 42°23'45.02"O

Resumo histórico – Não existem relatos de deslizamento nesta localidade, porém, em 2013, foi possível mapear os pontos de prováveis riscos não iminentes desta localidade, através de trabalho de campo que contou com Geólogos da empresa TWG contratados pela DRM (Serviço Geológico do Rio de Janeiro), com este serviço foi possível identificar 04 moradias e um total de 8 pessoas que moram na área de risco, localizada na Rua Casimiro de Abreu.

Fatores contribuintes – O sistema de drenagem superficial é precário, os muros de contenções existentes precisam ser aumentados e melhorados.

Resultados estimados – O resultado estimado de um evento deste aponta risco para o anexo das casas abaixo do talude.

Componentes críticos – O baixo nível das terras, que joga água da rodovia para elas, os acessos em vias não pavimentadas e a incidência de encostas em áreas habitadas são componentes críticos.

17.7 BAIRRO JUTURNAÍBA

Risco – Erosão de Margem Fluvial (COBRADE 1.1.4.2.0)

Local – Bairro Juturnaíba – Latitude 22°37'9.76"S e Longitude 42°18'18.62"O

Resumo histórico – Em 2009 e 2016, a localidade sofreu com Inundações que deixaram a população isolada, em virtude da única estrada de acesso à localidade ficar interditada por erosões, sendo informada pelos moradores a retirada emergencial de alguns residentes serem efetuadas por barcos.

Fatores contribuintes – A estrada de acesso apresenta ineficiência na drenagem causando erosões e interdições. A Lagoa apresenta ciclos de cheias e vazantes, associadas as ondas e marés que erodem as margens da estrada e encostas de algumas residências.

Resultados estimados – O resultado estimado de um evento deste aponta risco de interdição da estrada, isolando a localidade e a derrubada de residências, dentro do reservatório.

Componentes críticos – A estrada está em cota próxima ao nível de água do reservatório e algumas casas estão muito próximas, ao espelho de água do reservatório.

17.8 BAIRRO CABIÚNAS

Risco – Erosão de Margem Fluvial (COBRADE 1.1.4.2.0).

Local – Estrada de Cabiúnas – Latitude 22°39'17.30"S e Longitude 42°20'28.49"O.

Resumo histórico – Em 2016, a estrada sofreu com Erosões que interditaram a estrada. Em 2017, foi registrado uma erosão na margem do reservatório.

Fatores contribuintes – A estrada de acesso apresenta ineficiência na drenagem, causando erosões e interdições. A Lagoa apresenta ciclos de cheias e vazantes associadas as ondas e marés que erodem as margens da estrada.

Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta – As erosões ocorrem no período de chuvas, associadas a cheia do reservatório e o aumento da vazão na drenagem da estrada e por águas que passam por cima da estrada. No período de ventania, as direções dos ventos mudam e intensificam as ondas, em diferentes partes do reservatório. As cotas do reservatório devem ser monitoradas, para prevenir as cotas muito altas, no período de chuva.

Resultados estimados – O resultado estimado, de um evento deste, aponta risco de interdição da estrada, isolando a localidade.

Componentes críticos – A estrada está em cota, próxima ao nível de água do reservatório. A elevação, da cota do reservatório, causa erosão da estrada.

17.9 BAIRRO VARGINHA

Risco – Erosão de Margem Fluvial (COBRADE 1.1.4.2.0)

Local – Bairro Varginha – Latitude 22°38'24.58"S e Longitude 42°28'30.84"O

Descrição – O bairro Varginha é delimitado pelo Rio Capivari e apresenta residências, instaladas na sua faixa marginal de proteção (30 m). Estas residências, por se localizarem muito próximas ao rio, sofrem com erosão na base da encosta, em que são construídas.

Resumo histórico – Em 2016, foi registrada uma erosão, causada por problemas na drenagem, causando um buraco de 6 m de largura, por 5 m de profundidade na rua 27 e foi identificada uma residência, com distância inferior a 2 m, no alto de um talude de 15 m para o rio.

Fatores contribuintes – A falta de uma faixa marginal de proteção possibilitou a construção de residências muito próximas ao rio, possibilitando a construção em terrenos arenosos que foram erodidos pelo fluxo hídrico, sendo reduzida a distância entre as residências e o rio.

Resultados estimados – O resultado, estimado de um evento deste, aponta risco de deslizamento de residências, dentro do Rio Capivari.

Componentes críticos – As residências estão muito próximas ao rio e a erosão está avançando, para a base da encosta das residências.

Evolução – Em época de chuvas e com a impermeabilização do solo nas áreas urbanas (devido ao asfalto, ao concreto), as águas pluviais não são absorvidas pelo mesmo, contudo essa água precisa escoar para algum lugar, do contrário há grandes riscos para a população com os alagamentos (COBRADE 1.2.3.0.0). Um sistema de redes de drenagem, de água pluvial, foi desenvolvido para o escoamento das águas de chuva, tendo como intuito proteger a integridade das vias públicas, das propriedades privadas e públicas, além de outros benefícios como:

Diminuir os custos de manutenção de vias públicas;

Eliminar águas estagnadas e lamaçais, que são focos de doenças;

Permitir a circulação de veículos e pedestres em áreas urbanas, após chuvas intensas;

Evitar que a água da chuva seja carregada até a rede de esgoto, o que pode causar refluxos em caso de fortes chuvas;

As obras de drenagem urbana e pavimentação no bairro da Varginha mitigou os problemas de alagamentos, uma vez que o bairro vinha sofrendo há anos com essa adversidade, sofridos pelos moradores. Essa importante obra teve início em dezembro de 2020 e término em julho de 2024.

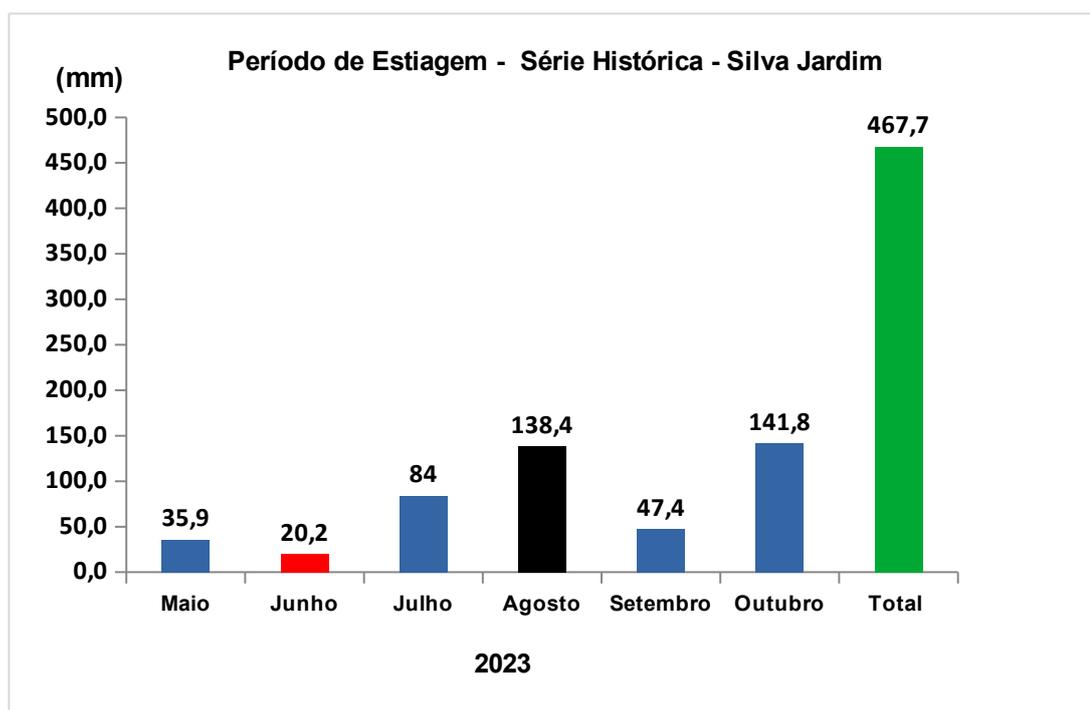
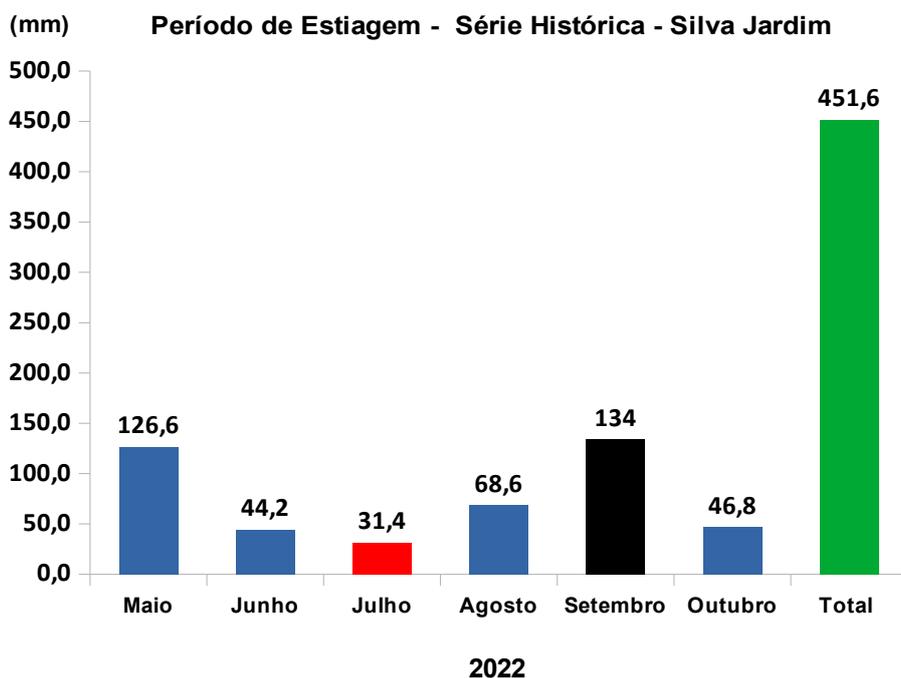
18.0 TABELA DE BAIRROS E RISCOS

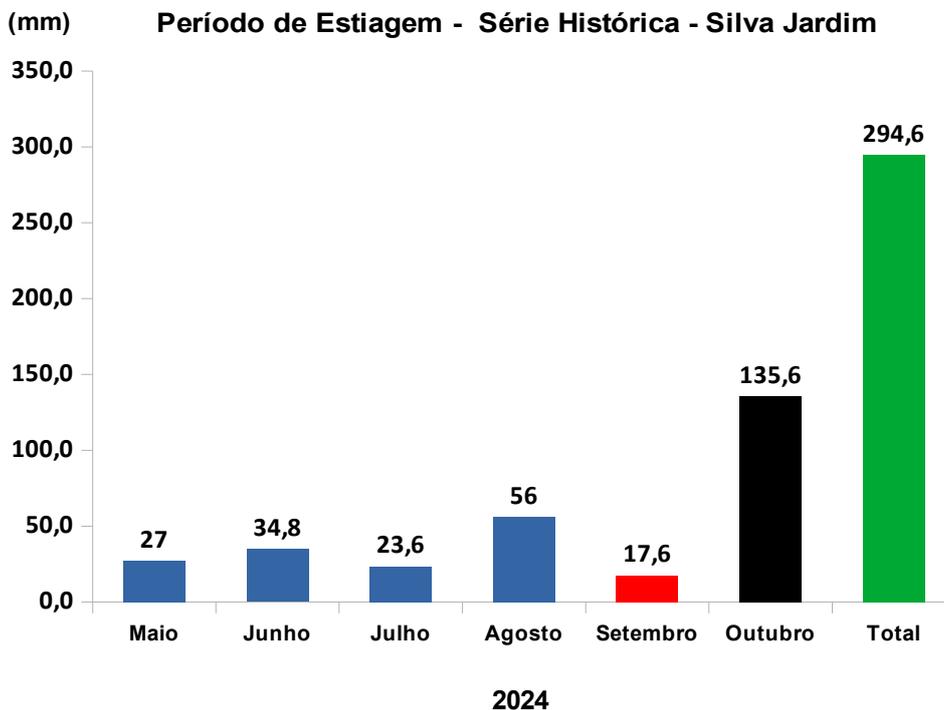
ITEM	BAIRRO	RISCO	COBRADE	COORDENADAS
01	CIDADE NOVA	ALAGAMENTOS; DESLIZAMENTOS;	1.2.3.0.0 1.1.3.2.1	Lat. 22°39'34.84"S Long. 42°23'28.22"O
02	REGINÓPOLIS	ALAGAMENTOS; INUNDAÇÕES;	1.2.3.0.0 1.2.1.0.0	Lat. 22°38'54.30"S Long. 42°23'44.20"O
03	FAZENDA BRASIL	ALAGAMENTOS	1.2.3.0.0	Lat. 22°38'46.15"S Long. 42°24'8.24"O
04	NOVA SILVA JARDIM	INUNDAÇÕES; ALAGAMENTOS; INCÊNDIOS;	1.2.1.0.0 1.2.3.0.0 1.4.1.3.2	Lat. 22°38'42.60"S Long. 42°23'43.46"O
05	CABIÚNAS	INUNDAÇÕES; EROSÃO DE MARGEM FLUVIAL	1.2.1.0.0 1.1.4.2.0	Lat. 22°39'17.30"S Long. 42°20'28.49"O
06	BOQUEIRÃO	INUNDAÇÕES; ALAGAMENTOS; DESLIZAMENTOS;	1.2.1.0.0 1.2.3.0.0 1.1.3.2.1	Lat. 22°36'49.99"S

				Long. 42°24'27.87"O
07	CENTRO	ALAGAMENTOS; DESLIZAMENTOS;	1.2.3.0.0 1.1.3.2.1	Lat. 22°39'1.98"S Long. 42°23'27.60"O
08	CAJU	ALAGAMENTOS	1.2.3.0.0	Lat.22°38'49.48"S Long. 42°23'45.86"O
09	ROMANÓPOLIS	ALAGAMENTOS; INUNDAÇÕES	1.2.3.0.0 1.2.1.0.0	Lat. 22°38'48.37"S Long. 42°24'50.37"O
10	LUCILÂNDIA	ALAGAMENTOS	1.2.3.0.0	Lat. 22°37'5.73"S Long. 42°24'54.30"O
11	GAVIÕES	ENXURRADAS; CORRIDAS DE MASSA	1.2.2.0.0 1.1.3.3.1	Lat.22°33'54.43"S Long. 42°31'44.31"O
12	PIRINEUS	ENXURRADAS	1.2.2.0.0	Lat. 22°31'6.39"S Long. 42°28'53.89"O
13	BANANEIRAS	ENXURRADAS INUNDAÇÕES	1.2.2.0.0	Lat. 22°29'52.78"S Long. 42°30'38.21"O
14	ALDEIA VELHA	INUNDAÇÕES; ENXURRADAS; DESLIZAMENTOS	1.2.1.0.0 1.2.2.0.0 1.1.3.2.1	Lat.22°27'51.09"S Long. 42°18'20.95"O
15	IMBAÚ	INUNDAÇÕES; ALAGAMENTOS; ENXURRADAS	1.2.1.0.0 1.2.3.0.0 1.2.2.0.0	Lat. 22°37'0.65"S Long. 42°28'39.11"O
16	NOSSA SENHORA DA LAPA	INUNDAÇÕES	1.2.1.0.0	Lat.22°39'18.32"S Long. 42°23'33.11"O
17	BIQUINHA	INUNDAÇÕES	1.2.1.0.0	Lat.22°39.'16.09"S Long. 42°23'48.58"O
18	SEBASTIÃO LAN II	INUNDAÇÕES	1.2.1.0.0	Lat.22°32'50.75"S Long. 42°14'10.56"O
19	JUTURNAÍBA	INUNDAÇÕES; DESLIZAMENTOS; EROSÃO DE MARGEM FLUVIAL;	1.2.1.0.0 1.1.3.2.1 1.1.4.2.0	Lat. 22°37'9.76"S Long. 42°18'18.62"O
20	CAXITO	ALAGAMENTOS; DESLIZAMENTOS	1.2.1.0.0 1.1.3.2.1	Lat. 22°39'46.48"S Long. 42°30'15.22"O
21	VARGINHA	ALAGAMENTOS; INUNDAÇÕES; EROSÃO DE MARGEM FLUVIAL;	1.2.3.0.0 1.2.1.0.0 1.1.4.2.0	Lat. 22°38'24.58"S Long. 42°28'30.84"O
22	REBIO – POÇO DAS ANTAS	INCÊNDIO	1.4.1.3.1	Lat. 22°30'6.48"S Long. 42°16'8.03"O

		FLORESTAL		
23	VARGEM GRANDE	INUNDAÇÕES	1.2.1.0.0	Lat.22°30'24.07"S Long. 42°25'49.06"O

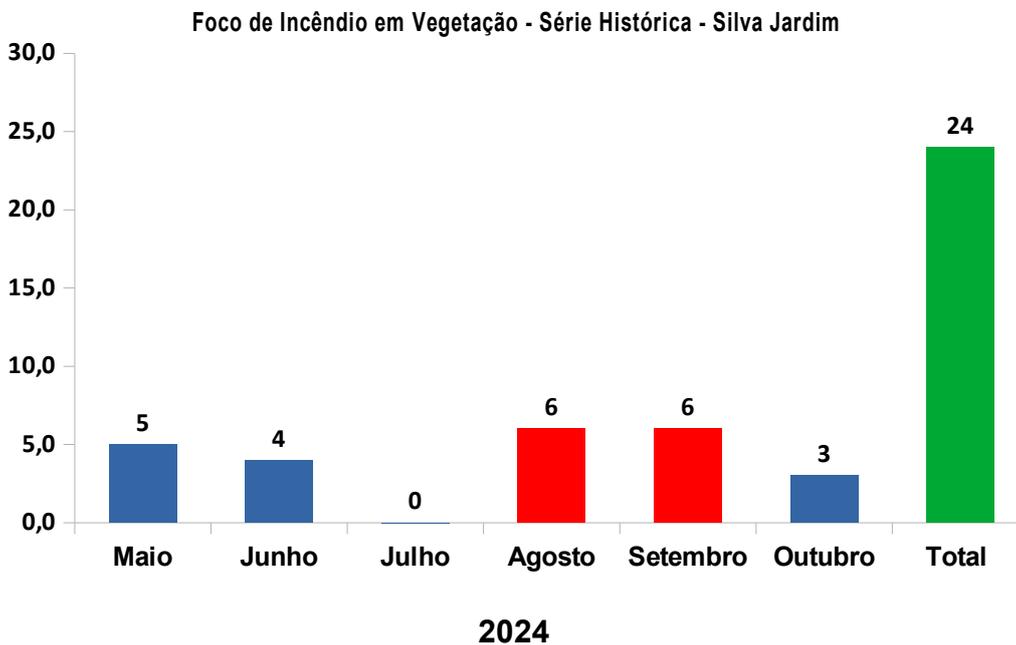
➤ GRÁFICOS DE SÉRIE HISTÓRICA DOS PERÍODOS DE ESTIAGEM – ANOS 2022, 2023 E 2024.



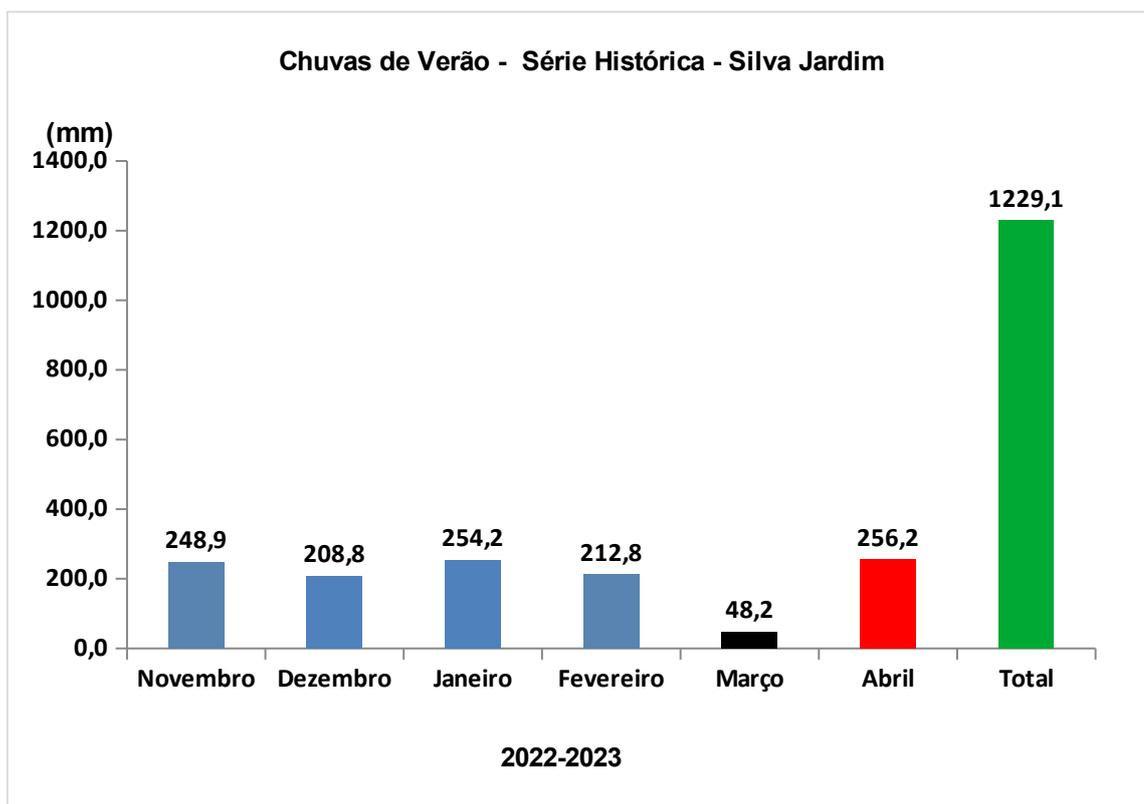
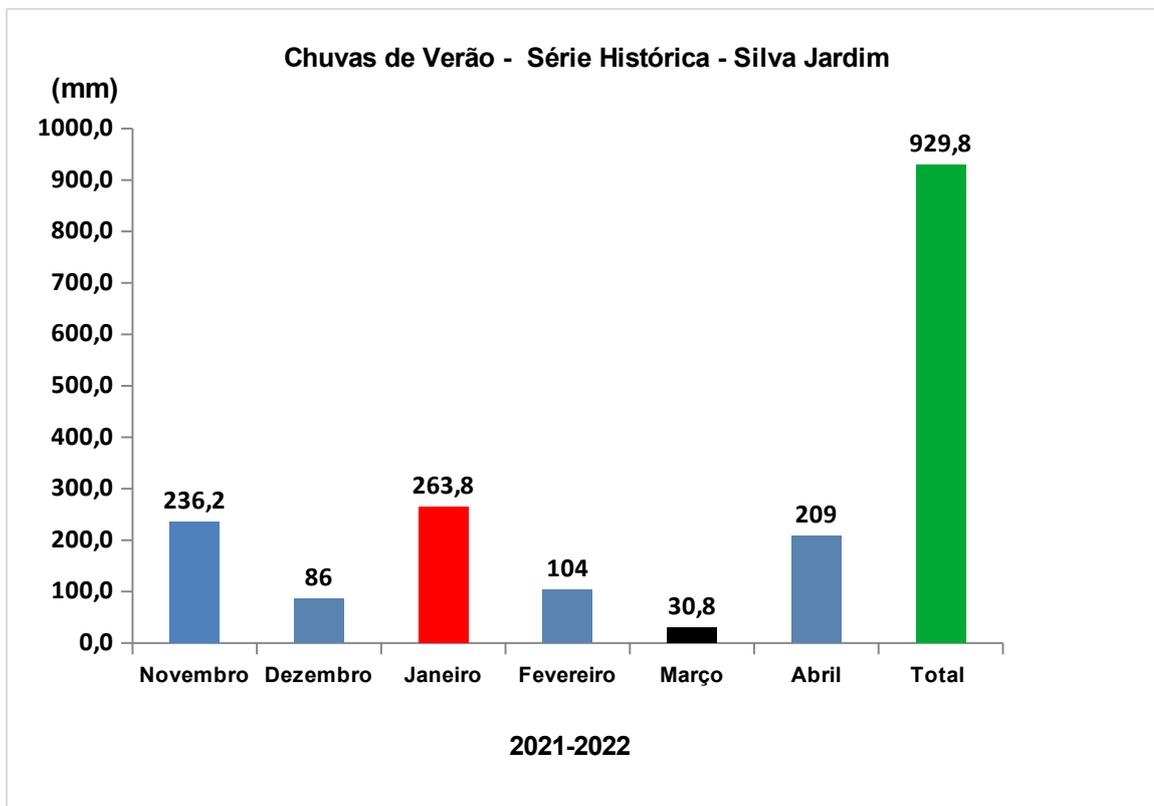


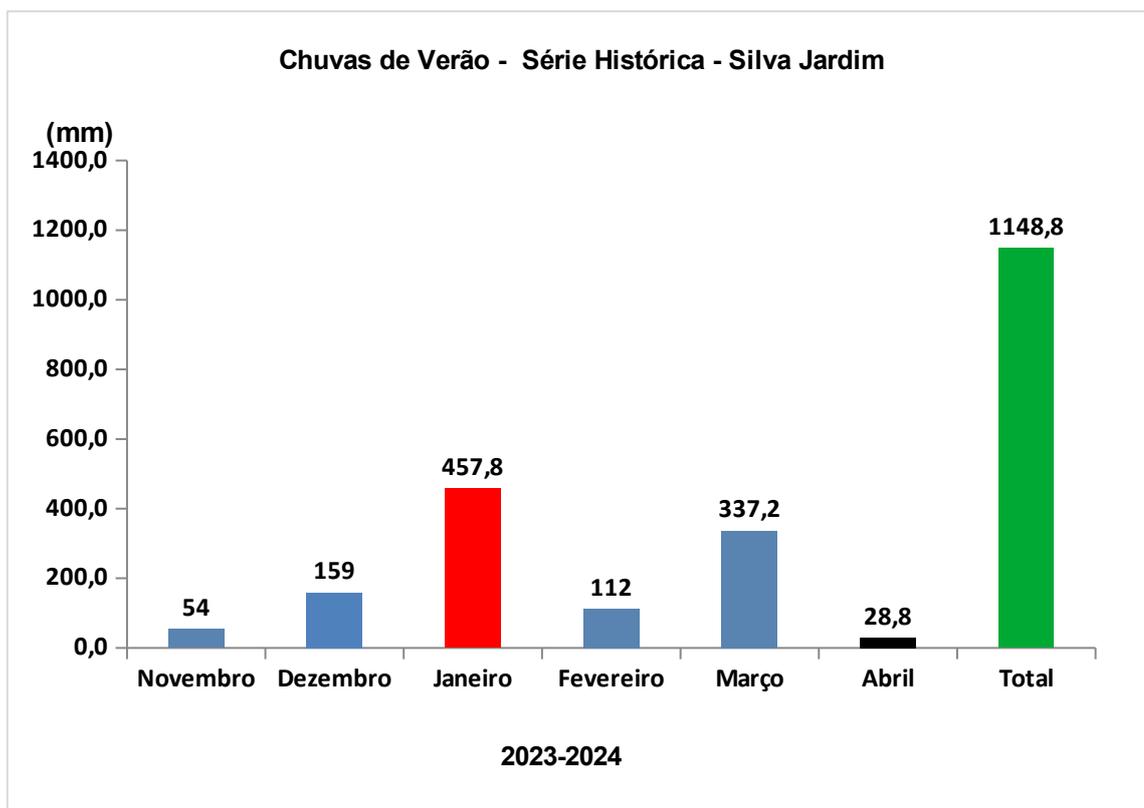
FONTE: Pluviômetro Semiautomático - Base da Defesa Civil

➤ **GRÁFICO DE SÉRIE HISTÓRICA DOS FOCOS DE INCÊNDIO EM VEGETAÇÃO – ANO 2024.**



➤ **GRÁFICOS DE SÉRIE HISTÓRICA DO PERÍODO DE CHUVAS DE VERÃO ANOS 2021-2022, 2022-2023 E 2023-2024.**





FONTE: Pluviômetro Semiautomático – Base da Defesa Civil

19.0 PRESSUPOSTOS DO PLANEJAMENTO

Para a utilização deste Plano, admitem-se as seguintes condições e limitações presentes: o acionamento deste plano deverá ser efetuado, pelo Secretário de Segurança Pública ou pelo Coordenador da Subsecretaria Municipal de Defesa Civil. No entanto, o tempo de mobilização desta SEMDEC para resposta deverá ser imediata, junto aos demais órgãos de acionamento, através de plano de chamadas para serem mobilizados.

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro não possui sede instalada no município, sendo este atendido pela Unidade de Casimiro de Abreu e, portanto, após seu acionamento, este socorro chegará aproximadamente em 40 minutos, no Centro do Município. A Polícia Militar possui unidade no município, e seu efetivo é para pronto emprego a qualquer hora do dia.

O tempo de mobilização dos Órgãos Municipais, envolvidos neste Plano, é de no máximo 02 horas, independente do dia da semana e do horário que aconteça este acionamento. Para os Órgãos

Estaduais, este tempo também não deverá ser superior a 02 horas, após a autorização para tal mobilização.

O monitoramento deverá ser capaz de estabelecer as condições para um alerta, indicando a possibilidade de ocorrências com 2 horas de antecedência, para ocorrência de fortes precipitações pluviométricas que possam contribuir para os eventos trabalhados neste Plano de Contingência.

Devido à interrupção do acesso a alguns pontos do Município, devido aos alagamentos, a Subsecretaria de Defesa Civil adotará a ativação de postos avançados que se antecederão as fortes precipitações, objetivando aperfeiçoar o atendimento à população vulnerável, como para mobilização dessa população para os pontos de apoio.

20.0 ATIVAÇÕES DO PLANO

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil será ativado sempre que forem atingidos os critérios pluviométricos de alerta, para os riscos previstos e quando a ocorrência de Deslizamento de solo ou rocha ou Inundações for informada, através do contato telefônico (22) 2668-7437 / 2668-7436 ou direto a qualquer órgão ou pessoa física, integrante neste Plano.

21.0 CRITÉRIOS PLUVIOMÉTRICOS DO CEMADEN

Os índices pluviométricos foram sugeridos pelo Centro Estadual de Monitoramento de Desastres Naturais (CEMADEN-RJ). Sendo estes, analisados por um ciclo de chuva e depois atualizado. Os índices pluviométricos, para deslizamento, estão na Tabela 1 e os índices, para inundação, do rio Capivari na Tabela 2.

Tabela 01: Índices pluviométricos, para deslizamento no Município de Silva Jardim.

Dia	1/24	1	4	30
Duração (h)	01:00	24:00	96:00	720:00
	Precipitação (mm)			
Risco Baixo	<45	e <85	0	0
Risco Médio	>45	ou >85	0	0

Risco Alto	>45	ou	>85	e	>100	e	300
Risco Muito Alto	>45	e	>85	e	>100	e	300

Tabela 02: Índices pluviométricos, para inundação do rio Capivari.

Duração (h)	00:15	00:30	01:00	04:00	12:00	24:00
	Precipitação (mm)					
Risco baixo	20	30	44	59	77	90
Risco médio	26	41	59	81	104	123
Risco alto	31	48	69	96	123	146
Risco muito alto	36	56	81	114	145	172

22.0 CRITÉRIOS PLUVIOMÉTRICOS NA BACIA DO CAPIVARI

O Instituto Estadual do Ambiente (INEA) possui uma estação hidro-pluviométrica, denominada Portal Silva Jardim, localizada 1 km acima da principal área de inundação da bacia. As leituras históricas desta estação, associadas ao monitoramento do rio, possibilitaram a SEMDEC-SJ a definição de uma cota de alerta de cheia de 80% em 3,28 m e de inundação em 4,10 m. O sistema do INEA envia os alertas para os Municípios e a Defesa Civil analisa a possibilidade de repassar o alerta para a população.

O Monitoramento Municipal, efetuado dentro da área de Inundação, ocorre na antiga barragem da CEDAE, sendo considerado o nível de alerta, com cota superior a 2,00 m e 2,80 m, para cota de transbordamento.

23.0 NÍVEIS DE AVISO

Os níveis de aviso serão divulgados pela SEMDEC, em cinco níveis:

RISCO	NÍVEIS DE AVISO	COMUNICADOS
Muito Baixo	Vigilância	Ausência de Chuva nas últimas 24 horas; Previsão de Chuva/pancadas de chuva fraca a moderada nas próximas horas.
Baixo	Atenção	Ocorrência de chuva nas últimas 24 horas; Previsão de chuva/pancadas de chuva moderada a forte nas próximas horas;
Moderado	Alerta	Ocorrência de acumulado significativo de chuva nas últimas 48 horas; Previsão de chuva/pancadas de chuva moderada a forte nas próximas horas;
Alto	Alerta Máximo	Ocorrência de acumulado significativo de chuva nas últimas 72 horas; Previsão de permanência de chuva forte nas próximas horas;

24.0 AUTORIDADE PARA ATIVAÇÃO DO PLANO

O Plano Municipal de Contingência poderá ser ativado pelas seguintes autoridades:

- I. Prefeito (a)
- II. Vice-Prefeito
- III. Secretário Chefe de Gabinete
- IV. Secretário de Segurança Pública
- V. Coordenador de Proteção e Defesa Civil

25.0 PROCEDIMENTO DE ATIVAÇÃO DO PLANO

Após a decisão formal, de ativar o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, as seguintes medidas serão desencadeadas: **Instalação do Gabinete de Crise, Organização da área afetada e Desmobilização.**

25.1 INSTALAÇÃO DO GABINETE DE CRISE

O Gabinete de Crise Municipal será instalado pelo Coordenador de Defesa Civil, na sede da Defesa Civil, mediante autorização da Prefeita (o) e deverá contar com representantes de todos os Órgãos Municipais que possuam atribuições incluídas neste Plano, bem como representantes dos órgãos de Defesa Civil e Segurança Pública Estadual e Federal.

A Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil ativará o Plano de Chamada das equipes que atuarão operacionalmente.

Técnicos e representantes envolvidos no plano serão acionados, para compor o Sistema de Comando Operacional (SCO) que ficará situado na sede da Defesa Civil.

Os órgãos a serem mobilizados ativarão seus protocolos internos, definidos de acordo com o nível da ativação (Vigilância, Atenção, Alerta, Alerta Máximo).

A população será alertada, através das páginas oficiais da Prefeitura, que são atualizados através da Subsecretaria Municipal de Comunicação, mediante informações fornecidas pela Defesa Civil Municipal.

25.2 PROTOCOLOS DE COORDENAÇÃO

Ao ser acionado, o Gabinete de Crise, imediatamente, cabe ao comando:

Avaliar a situação, preliminarmente, e implementar as ações, voltadas para segurança da operação e obtenção de informações, levando, em consideração, os procedimentos padronizados e planos existentes;

Instalar, formalmente, o Gabinete de Crise e assumir, formalmente, a sua Coordenação (via rádio, telefone, e-mail ou, pessoalmente, com as equipes envolvidas).

Estabelecer um Posto de Coordenação e comunicar aos recursos e superiores envolvidos sobre sua localização.

Estabelecer uma área de espera e designar um encarregado, que realizará a comunicação entre os órgãos envolvidos, distribuindo, assim, os recursos aos locais necessários.

Verificar a aplicação do Plano de Contingência, implementando ações e levando em consideração:

- Cenário identificado.

- Prioridades a serem preservadas e as Metas a serem alcançadas.
- Recursos a serem utilizados (Quem? O quê? Onde? Quando? Como e com que recursos?).
- Organograma modular, flexível, porém, claro.
- Canais de comunicação.
- Período Operacional (24 horas “plantão”).
- Solicitar ou dispensar recursos adicionais, conforme a necessidade identificada no Plano.
- Verificar a necessidade de implementar instalações e definir áreas de trabalho.
- Verificar a necessidade de implementar funções do SCO, para melhorar o gerenciamento.
- Iniciar o controle da operação, no posto de comando, registrando as informações que chegam e saem do comando.
- Considerar a transferência do comando ou instalação do comando unificado, se necessário.
- Realizar uma avaliação da situação, verificando se as ações realizadas e em curso serão suficientes, para lidar com a situação e, se necessário, iniciar a fase seguinte, elaborando um novo Plano de Ação, antes do fim do período operacional que estabeleceu.

25.3 ORGANIZAÇÃO DA ÁREA AFETADA

Caberá ao órgão de Proteção e Defesa Civil Municipal a organização da cena, ativando, preliminarmente, as áreas para:

- Posto de Comando;
- Área de espera;
- Áreas de evacuação;
- Rotas de fuga;
- Pontos de encontro;
- Abrigos;

Serão montados postos avançados, em cada local de desastre, para visualização imediata de alterações nos cenários. O posto de comando será montado no local indicado, pelo Chefe do Executivo de Silva Jardim. Os abrigos, rotas de fuga, áreas de espera e evacuação serão montados de acordo com a intensidade e localização dos desastres, para otimizar a utilização de recursos, de acordo com as distâncias.



Rota de Fuga dos Bairros Caju e Nova Silva Jardim

25.4 DESMOBILIZAÇÃO

A desmobilização será feita de forma organizada e planejada, devendo a Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil ordenar o retorno das famílias às suas residências, de acordo com as condições de vulnerabilidade dos cenários, avaliando os riscos geológicos e fatores de interrupção, no acesso da população aos serviços essenciais básicos.

Este Plano será desmobilizado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que descaracterizem um dos cenários de risco previstos, ou seja, pela não evolução das informações monitoradas, pela não confirmação da ocorrência de eventos ou pela capacidade de normalização das condições hidrológicas ou geológicas.

O Plano de Contingência será desmobilizado de acordo com a tabela, quando os índices atingirem o nível normal de chuva, conforme representado abaixo, considerando os acumulados anteriores, em acordo com os níveis de tolerância.

Após a decisão formal, de desmobilizar o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, as seguintes medidas serão desencadeadas:

Os órgãos mobilizados ativarão os protocolos internos, definidos de acordo com o nível da desmobilização (total ou retorno a uma situação anterior).

A Subsecretaria Municipal de Defesa Civil desmobilizará o Plano de Chamada, Postos Avançados, o Posto de Comando e a compilação das informações.

26.0 IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

A Subsecretaria Municipal de Defesa Civil de Silva Jardim, através de estudos e parcerias com órgãos ambientais, Municipais, Estaduais e Federais, faz o levantamento de informações básicas, com mapas temáticos que possuem as respectivas classes, declividade, drenagem, malha viária e uso da terra, além de identificar a vulnerabilidade do Meio Ambiente.

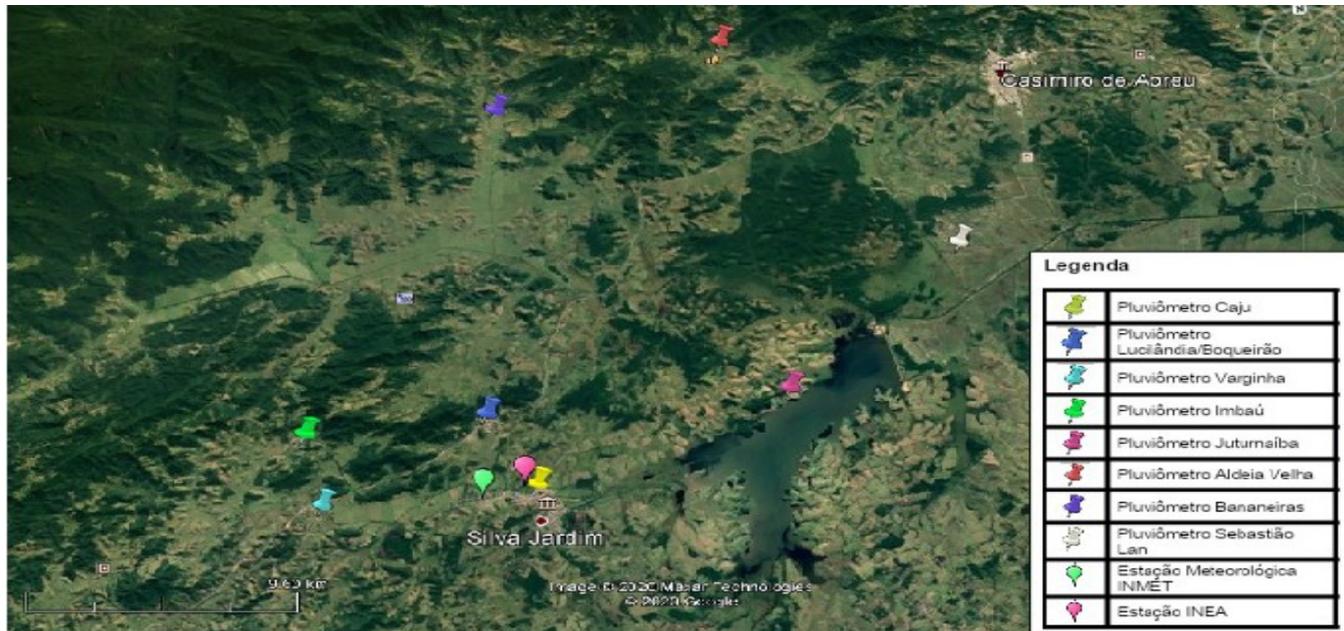
Para exercer esta função, a SEMDEC conta com seu pessoal, apoio da Secretaria de Meio Ambiente e de voluntários que disponibilizam embarcações e veículos tracionados, necessários para o cumprimento da função.

27.0 MONITORAMENTO

O monitoramento das chuvas dar-se através das medições diárias, de Pluviômetros Semiautomáticos doados pelo CEMADEN, para o Município de Silva Jardim e instalados nos endereços a seguir:

Nº	Pluviômetro	Local	Endereço	Contato
01	 Bananeiras	Posto de saúde	Estrada de Bananeiras, s/nº	(22) 98182-5195
02	 Varginha	Posto de saúde	Praça da Varginha, nº 37	(22) 99285-6047
03	 Imbaú	Posto de saúde	Rua Zenita de Oliveira, nº	(22) 99888-7556

			138	
04	 Caju	Defesa Civil	Rua Augusto Antônio de Amorim, N° 331	(22) 99759-8299
05	 Juturnaíba	Posto de saúde	Estrada de Juturnaíba, s/n°	(22) 99245-9665
06	 Lucilândia/ Boqueirão	Posto de saúde	Rua Um, s/n°	(22) 99875-7778
07	 Aldeia Velha	Posto de saúde	Rua Macharet, s/n°	(22) 98104-1812
08	 Sebastião Lan II	Residência de Alencar		(22) 99869-0379



As vistorias dos rios e encostas são necessárias, para verificação da necessidade de limpeza dos leitos, níveis de assoreamento, alterações físicas, entre outros. Além do acompanhamento e divulgação de dados, das previsões do tempo por Sistemas Estaduais e Federais. A previsão deve ser divulgada diariamente.

A Defesa Civil, através de seus Pluviômetros e Sala de Monitoramento, utilizando as plataformas *ALERTA DE CHEIAS INEA*, *WINDY*, *REDEMET* e *CEMADEN* monitora e acompanha possíveis eventos climáticos, com o propósito de mitigar riscos e alertar a população sobre possíveis eventualidades.



Figura: Sala de Monitoramento e Percepção de Risco

28.0 ACIONAMENTO DOS RECURSOS PÚBLICO E PRIVADO

A execução desse plano prevê a utilização de recursos próprios da SEMDEC de Silva Jardim, dos demais órgãos Municipais, Estaduais e recursos privados, disponibilizados por habitantes do Município, em caráter voluntário. O acionamento desses recursos será feito através dos contatos, estabelecidos no plano de chamadas.

Após serem acionados os recursos, sejam eles públicos ou privados, de pessoas físicas ou jurídicas, serão mobilizados pelos órgãos, aos quais pertencerem, para os locais necessários, conforme orientação da Subsecretaria.

29.0 DIMENSIONAMENTOS DO EVENTO E ACIONAMENTO DE RECURSOS ESTADUAL E FEDERAL

A partir da concretização do desastre, caberá aos técnicos da Prefeitura Municipal de Silva Jardim a avaliação dos danos e prejuízos de todos os setores afetados.

Deverão ser preenchidos todos os documentos estabelecidos na normativa 02, de 20 de dezembro de 2016, acessado através do endereço eletrônico <https://s2id.mi.gov.br/>, para reconhecimento Federal.

Mesmo em casos que não ocorra a necessidade de declaração de situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, a Defesa Civil Municipal deverá fazer o registro do desastre, no endereço eletrônico supracitado.

30.0 PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E LEGAIS DECORRENTES DA SITUAÇÃO DE ANORMALIDADE

O chefe do Executivo Municipal decretará Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, de acordo com os parâmetros estabelecidos, na Instrução Normativa nº 02, de 20 de dezembro de 2016, após orientação do Secretário Municipal de Defesa Civil e da equipe de avaliação de danos, por meio de um parecer sobre os danos, acessado através do endereço eletrônico <https://s2id.mi.gov.br/>, para reconhecimento Federal.

31.0 CONSOLIDAÇÃO DO PRIMEIRO RELATÓRIO

Um relatório preliminar será confeccionado pela Assistência Operacional da SEMDEC, informando danos estimados do primeiro impacto do evento, número de vítimas fatais e não fatais, residências atingidas, entre outros.

32.0 AÇÕES DE SOCORRO/BUSCA E SALVAMENTO

As ações de socorro, dentro de residências, serão realizadas pela equipe do SAMU. Em tempo, as ações de busca e salvamento serão realizadas pelo Destacamento de Bombeiros Militar 1/9 – Casimiro de Abreu.

33.0 RECURSOS POR SECRETARIA

No caso de acionamento do Plano, estas ações serão divididas, setorialmente, com a utilização dos recursos públicos e privados (maquinários, veículos, embarcações, etc.), cabendo as Secretarias a distribuição destes recursos a SEMDEC. Os recursos disponíveis são:

❖ **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E PESCA:**

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS / VEÍCULOS / INSTALAÇÕES
02	TRATORES
03	RETROESCAVADEIRAS
01	PATROL
01	CAMINHÃO PAC 2
01	CAMINHONETE S10 LMH3474

❖ **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA:**

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS / VEÍCULOS / INSTALAÇÕES
01	VEÍCULO VOLKSWAGEN PARATI 1.6 FLEX 2011
01	VEÍCULO FIAT TORO ENDURANCE TURBO 270 FLEX 2024
01	VEÍCULO FIAT CRONOS DRIVE 1.3 AT FLEX 01 2024
01	MOTOCICLETA HONDA NXR 150 BROS

❖ **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MANUTENÇÃO:**

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS / VEÍCULOS / INSTALAÇÕES
01	CAMINHONETE MITHUSUBISH L200 CABINE DUPLA
01	VEÍCULO PARATI
01	MOTONIVELADORA
01	CAMINHÃO BASCULHANTE
01	RETROESCAVADEIRA

CONTATO DOS SERVIDORES		
ALAN RIBEIRO SÁ	SECRETÁRIO	(22) 99762-0352
MANOEL RICARDO A. DE PAULA	DIRETOR	(22) 99871-6311
JONATAS TORRES DIAS	ASSESSOR	(22) 99903-3147
ROBSON GUIMARÃES FERNANDES	GALHOS E ENTULHOS	(22) 99703-3514
MANOEL SOARES DE AZEVEDO	MOTORISTA	(22) 99889-9683
CLAUDIONIR PEREIRA DE ARAÚJO	OPERADOR DE MÁQUINAS	(22) 99758-5530

❖ **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS:**

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS / VEÍCULOS / INSTALAÇÕES
01	FORD/KA LMV4F32 2019

❖ **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS / VEÍCULOS / INSTALAÇÕES
02	VEÍCULOS TIPO CAMINHONETE
01	BARCO DE ALUMÍNIO MFLY 600

❖ **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS / VEÍCULOS / INSTALAÇÕES
01	VEÍCULO RENAULT SANDEIRO - LUS2G60
01	VEÍCULO RENAULT LOGAN - LTU2G39
01	VEÍCULO FIAT ESTRADA - LUB9E88
01	VEÍCULO VOLKSWAGEN GOL - KNV5419
01	MOTOCICLETA HONDA XRE 190 SRM1I11
01	MOTOCICLETA HONDA XRE 190 SQZ1C54
01	MOTOCICLETA HONDA XRE 190 SRU1G73

01	MOTOCICLETA HONDA XRE 190 SRH1H95
----	-----------------------------------

55 Guardas Civis Municipais, sendo *10 por dia;

❖ **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

VEÍCULO	CONDUTOR	CONTATO
ÔNIBUS LLY-6200	ADEMIRO ELMO	(22) 99939-4879 (21) 99674-9213
ÔNIBUS LLF-7856	MARCO ANTÔNIO ITAMAR	(22) 99716-0734 (22) 99755-4876
ÔNIBUS LLF-7854	EDMILSON	(21) 99879-2278
MICRO LPM-6933	NATANAEL ALOÍSIO	(22) 9998-1051 (22) 98268-6207
MICRO LLB-9986	ALEXANDRE	(22) 99814-9037

**Apoiará disponibilizando transporte e abrigos nas escolas.*

❖ **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO HABITAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL:**

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS / VEÍCULOS / INSTALAÇÕES
01	CRONOS SRT6I19
01	VERSA SPR 7A17
01	SPIN
01	SANDERO
01	AIRCROSS PBL 2E37

QUANTITATIVO	PROFISSIONAIS DISPONIBILIZADOS
06	ASSISTENTES SOCIAIS
03	PSICÓLOGOS
05	MOTORISTA
08	COORDENADORES DE SERVIÇOS
05	ADMINISTRATIVOS PARA ATENDIMENTOS EMERGENCIAIS

❖ **DA SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER:**

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS / VEÍCULOS / INSTALAÇÕES
01	Ginásio Poliesportivo Jorge Mendonça e suas instalações administrativas com ar-condicionado, computadores e 03 banheiros. Quadra poliesportiva que dispõe de arquibancada; 04 banheiros; 02 vestiários; 01 cozinha; 01 lavanderia e 01 sala médica (primeiros socorros).

❖ **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL:**

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS / VEÍCULOS / INSTALAÇÕES
01	CHEVROLET TRAILBLAZER
01	RENAULT SYMBOL

❖ **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:**

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS / VEÍCULOS / INSTALAÇÕES
01	VEÍCULO SPIN – PLACA RIO4C89
01	ODONTO MÓVEL – PLACA LUZ6823
01	S10 – PLACA LOH8291
01	TOYOTA YARIS – PLACA SGQ2C37
01	TOYOTA YARIS – PLACA SGQ2C62
01	VEÍCULO VERSA – PLACA KRK9632
01	KOMBI – PLACA JKH9191
01	TORO – PLACA RJJ8J05

❖ **DO DESTACAMENTO DE BOMBEIRO MILITAR 1/9:**

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS / VEÍCULOS / INSTALAÇÕES
------------	---------------------------------------

01	EMBARCAÇÃO DE ALUMÍNIO – 4 m
05	COLETES DE SALVA VIDAS
01	ABT 064
01	ASE 393

❖ **DO ICMBio (INSTITUTO CHICO MENDES DA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE):**

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS / VEÍCULOS / INSTALAÇÕES
01	EMBARCAÇÃO DE ALUMÍNIO COM BORDA ALTA E MOTOR 20 HP, 4 TEMPOS
01	CARRETA PARA REBOQUE
03	ROÇADEIRAS
01	SOPRADOR
02	MOTOBOMBA A GASOLINA

QUANTITATIVO	PROFISSIONAIS DISPONIBILIZADOS
08	BRIGADISTAS

❖ **DA ASSOCIAÇÃO MICO-LEÃO-DOURADO:**

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS / VEÍCULOS / INSTALAÇÕES
01	VEÍCULO KOMBI
01	VEÍCULO FIAT UNO
01	VEÍCULO SPIN
01	VEÍCULO STRADA
01	VEÍCULO C3 CITROEN (ALUGADOS)
01	VEÍCULO HB20 (ALUGADOS)
01	VEÍCULO 4X4
01	MOTOBOMBA FLUTUANTE
01	MOTOBOMBA MINI STRIKE
02	ROÇADEIRAS COSTAIS
01	SOPRADOR
03	BOMBAS COSTAIS

34.0 PRIMEIROS SOCORROS E ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR

Essas ações serão realizadas pelo destacamento do Corpo de Bombeiros Militar 1/9 – Casimiro de Abreu, assim como pelas viaturas de serviço de atendimento móvel, de urgência (SAMU) do Município de Silva Jardim e viaturas da Secretaria Municipal de Saúde, devendo estes órgãos agir em conjunto para melhorar o atendimento.

34.1 ATENDIMENTO MÉDICO E CIRÚRGICO DE URGÊNCIA

SAD – Serviço de Atendimento Domiciliar

Suporte: atuar nos abrigos e residências, proporcionando atenção à saúde dos assistidos, prevenindo e tratando doenças e reabilitando-os, com garantia da continuidade do cuidado e integrada à Rede de Atenção à Saúde.

Composição de Pessoal: 01 Médico / 01 Enfermeiro / 02 Fisioterapeutas / 01 Nutricionista / 01 Ass. Social / 05 Técnicos de enfermagem / 02 Motoristas.

Veículo (s): 01 (um) Chevrolet Spin 07 lugares.

Coordenador (a): Fabiene Domingues

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

Suporte: Resgate e Atendimento de Urgência e Emergência para o abrigo durante 24 horas.

Composição de Pessoal: 02 Condutores / 02 Téc. de Enfermagem (plantão).

Equipamento (s): 02 (duas) Ambulâncias USB

Coordenador (a): Lauro de Oliveira Alves.

PMAM – Policlínica Municipal Aguinaldo Moraes

Composição de Pessoal:

PMAM: 04 Médicos (por plantão) / 04 Enfermeiros / 08 Técnicos de Enfermagem / 02 Nutricionistas (regime de escala) / 01 Assistente Social (por plantão) / 01 Coordenadora NAI / 01 Administrativo. **Obs.:** total de enfermeiros são 25 e o total de técnicos de enfermagem são 62.

Equipamento(s) e instalações: (01) Enfermaria com (02) leitos psiquiátricos, enfermarias clínicas médicas, totalizando (12) leitos, (01) Isolamento e 03 pediatrias.

Superintendente: Cristiano Menezes.

Diretor Técnico: Umberto Ferreira Britto Júnior.

Responsável Técnico de Enfermagem: Henrique Walviesse.

Vigilância em Saúde

Possível Suporte: A Vigilância em Saúde é responsável por ações de Vigilância, Prevenção e Controle de doenças transmissíveis, pela Vigilância de fatores de risco para desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, Saúde Ambiental e do Trabalhador e também pela análise de situação de saúde da população.

Composição de Pessoal: 01 Biólogo / 01 Médico Veterinário Sanitarista / Agente Ambiental de Saúde / 20 Agentes de Endemias / 02 Supervisores.

Equipamentos (s): 01 Kombi / 01 caminhonete Chevrolet S10.

Coordenador (a) de Vigilância em Saúde: Viviane de Moura Moraes

Coordenador (a) em Vigilância Sanitária: Leonardo Rodrigues

Coordenador (a) de Vigilância Ambiental em Saúde: Lucicleia de Jesus Rocha

Coordenador do Programa Municipal de Combate à Dengue: Anderson Gonçalves de Oliveira

Coordenador (a) da Vigilância Epidemiológica: Kenny de Almeida Gomes

Coordenador (a) da Vigilância em Saúde do Trabalhador: Poliana Gomes

Coordenadora de Imunização: Lurdes Antônia Silva

RAPS – Rede de Atenção Psicossocial

Possível Suporte: Atendimento Psicossocial.

Composição de Pessoal:

CAPS: 02 médicos psiquiatra / 03 Psicólogos / 02 Assistentes Sociais / 02 Enfermeiro / 04 Técnicos de Enfermagem / 01 Oficineiro / 01 Auxiliar Administrativo / 03 Cozinheiras / 02 Auxiliares de Serviços Gerais / 02 Vigias noturnos / 01 recepcionista.

Ambulatório Ampliado de Saúde Mental: 03 Fonoaudiólogos / 02 Psicopedagoga / 02 Médicos Psiquiatra / 03 Psicólogos / 01 Administrativos / 01 Aux. Serviços Gerais.

Equipamento (s): Não possui veículo

Coordenador (a): Ana Cláudia.

A Secretaria Municipal de Saúde realizará atendimento de acordo com a necessidade de cada vítima, além do apoio dos hospitais: Hospital Regional Darcy Vargas e UPA em Rio Bonito, Hospital Estadual Alberto Torres em São Gonçalo, Hospital Estadual Azevedo Lima em Niterói e Hospital Estadual João Batista Caffaro, em Manilha.

35.0 EVACUAÇÃO

Quando for necessária a evacuação na localidade sinistrada, esta será coordenada por agentes da Defesa Civil, em conjunto com a Guarda Municipal, utilizando veículos da guarda e da SEMDEC. Poderá ser solicitado o apoio do Corpo de Bombeiro Militar 1/9, de Casimiro de Abreu e da Polícia Militar/SJ, para o melhor andamento dos procedimentos de evacuação.

36.0 CADASTRAMENTO DE VÍTIMAS

A Secretaria de Trabalho, Habitação e Promoção Social, através dos seus funcionários, será responsável por cadastrar as vítimas que forem realocadas, em função de uma evacuação. A Secretaria de Saúde manterá cadastro das vítimas que receberem atendimento médico hospitalar, e repassar esses dados para a Promoção Social.

37.0 ABRIGAMENTO

Os primeiros pontos de abrigo serão o **Centro de Ensino Público Municipal Professora Vera Lúcia Pereira Coelho** no Caju e o **Colégio Municipal Omar Fária Alfradique** na Cidade Nova, sendo suspensas as aulas neste local, durante o período de desastre. A Coordenação desses abrigos ficará a cargo da Secretaria de Promoção Social. Poderão ser utilizadas outras escolas, em caso de necessidade.

38.0 RECEBIMENTO, ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE DOAÇÕES.

As Secretarias de Promoção Social, Turismo, Meio Ambiente, as Unidades de Saúde do Município (UBS), além da Subsecretaria de Defesa Civil serão os locais que receberão as doações.

Uma vez por dia, a Secretaria de Promoção Social fará um recolhimento dessas doações nestes órgãos e realizará a distribuição dos mesmos, com o apoio de agentes voluntários da Defesa Civil.

39.0 MANEJO DE MORTOS

O Serviço de Recolhimento de Cadáveres é do CBMERJ e do Instituto Médico Legal.

40.0 SOLICITAÇÃO DE RECURSOS DE OUTROS MUNICÍPIOS E DO NÍVEL ESTADUAL OU FEDERAL.

Caberá ao chefe de sistema de comando do incidente, montado para a crise em questão, a decisão de autorizar a mobilização e acionamento de recursos externos ao município. Esse acionamento será realizado através da SEMDEC e serão, primeiramente, acionados, em caso de disponibilidade, a REDEC, Defesa Civil dos Municípios vizinhos e Defesa Civil Estadual. Em caso de decreto de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, o representante da Defesa Civil deverá efetuar o cadastro do desastre ocorrido, no site S2ID do Ministério do Desenvolvimento Regional.

41.0 ATENDIMENTOS AO CIDADÃO E À IMPRENSA (INFORMAÇÕES SOBRE OS DANOS, DESAPARECIDOS, ETC.)

Ficará sobre responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social a divulgação das informações relacionadas ao desastre.

42.2 REABILITAÇÕES DE CENÁRIOS

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Obras e Secretaria de Serviços Públicos e Manutenção ficarão responsáveis por planejar e executar o replantio das áreas devastadas e de possíveis obras, caso sejam necessárias. Durante o planejamento, a Subsecretaria Municipal de Defesa Civil participará das tomadas de decisões.

43.0 RESTABELECIMENTOS DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS

Os serviços essenciais cabem às Concessionárias prestadoras de serviços, sendo estas responsáveis pelo reestabelecimento dos mesmos. No Município de Silva Jardim são:

- Fornecimento de energia – ENEL, CERCI.
- Suprimento de água – Águas de Juturnaíba.
- Telefonia fixa – Oi, Telemar.
- Telefone móvel – Diversas operadoras.

O acionamento destas Prestadoras de Serviço ficará a cargo da Divisão de Material e Patrimônio do Município.

44.0 ATRIBUIÇÕES GERAIS

São responsabilidades gerais dos órgãos envolvidos no Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil:

- Manter um plano de chamada atualizado, do pessoal de seu órgão, com responsabilidade pela implementação do Plano.
- Desenvolver e manter atualizados os procedimentos operacionais padronizados necessários para a realização das tarefas, atribuídas ao seu órgão na responsabilidade do Plano.
- Preparar e implementar os convênios e termos de cooperação necessários para a participação de seu órgão, na implementação do Plano.

- Identificar e suprir as necessidades de comunicação, para a realização das tarefas, atribuídas ao seu órgão, na implementação do Plano.
- Identificar fontes de equipamento e recursos adicionais, para a realização das tarefas, atribuídas ao seu órgão, na implementação do Plano.
- Prover meios, para a garantia da continuidade das operações de seu órgão, incluindo o revezamento dos responsáveis, por posições-chave.
- Identificar e prover medidas de segurança, para as pessoas designadas para a realização das tarefas, atribuídas ao seu órgão, na implementação do Plano.

45.0 COORDENAÇÃO, COMANDO E CONTROLE DA SEMDEC

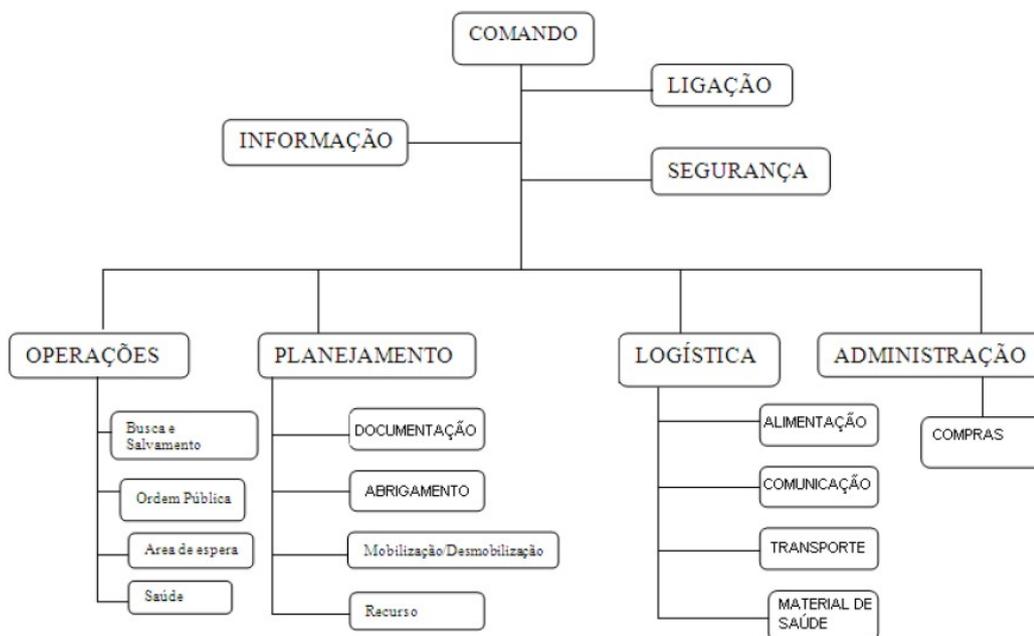
A coordenação das operações, previstas no Plano de Contingência, utilizará o modelo estabelecido pelo Sistema de Comando de Incidentes (SCI). Assim que for acionado o Plano, será instituído o SCI e começará a ser montada a estrutura do sistema. Vale salientar que este Sistema é uma ferramenta adaptável, que pode ser utilizada de acordo com o que cada evento requer, evitando-se, assim, a montagem de uma estrutura enrijecida e o desperdício de recursos. Deste modo, será previsto neste Plano uma estrutura básica de SCI, sendo, no entanto, rapidamente alterada e aumentada esta estrutura, em caso de necessidade.

A estrutura montada deverá contar com representantes dos seguintes órgãos e instituições, e outros que forem necessários em cada caso, distribuídos dentro do organograma logo a seguir:

- **SEMGAB**
- **SEMDEC**
- **SEMSP**
- **SEMOB**
- **SEMSMA**
- **SEMAAP**
- **SEMMA**
- **SEMTHPS**
- **SEMSA**

- **COMUNICAÇÃO**
- **CBMERJ**
- **PMERJ**
- **CÂMARA MUNICIPAL**
- **REDEC**
- **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, DOS LOCAIS AFETADOS PELO EVENTO**

O controle de recursos e materiais empregados, além do andamento da situação e ações tomadas até o momento, será realizado através do preenchimento de formulário padrão SCI – 201, em cada local de evento. Tais formulários serão preenchidos pelos responsáveis pelo posto de comando avançado do local. O modelo do formulário consta em anexo neste plano:



46.0 TABELA DE ATRIBUIÇÕES:

ÓRGÃO / ENTIDADE	ATRIBUIÇÕES NO PLANCON (PLANO DE CONTINGÊNCIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL)
TODOS (ATRIBUIÇÕES GERAIS)	Manter o plano de chamada do pessoal de seu órgão atualizado para fins de implementação do PLANCON; Desenvolver e atualizar procedimentos operacionais padronizados para tarefas do órgão junto ao PLANCON; Preparar e implementar os convênios e termos de cooperação para atuação do órgão no PLANCON; Identificar e suprir as necessidades de comunicação para realizar tarefas do plano; Identificar fontes de equipamentos e recursos adicionais para realização de tarefas do plano; Prover meios para continuidade das operações de seu órgão, incluindo revezamento dos responsáveis por posições-chave; Identificar e prover medidas de segurança para que as pessoas designadas realizem as tarefas do órgão junto ao PLANCON;
SEMDEC	Coordenação do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON); Registro do desastre no endereço eletrônico: www.s2id.mi.gov.br ; Instalação do Gabinete de Crise pelo Coordenador de Defesa Civil (mediante autorização do Prefeito); Organização das áreas afetadas, ativando posto de comando, área de espera e áreas de evacuação, rotas de fuga, etc; Confecção de relatório preliminar, informando danos estimados, número de vítimas, residências atingidas, etc. Coordenação da resposta na fase do desastre; Coordenação de evacuação em localidade sinistrada (ação conjunta entre SEMDEC / SEMSP (GCM), CBMERJ e PMERJ); Recebimento de doações (ação conjunta da SMTHPS / SEMTICC / SEMMA / SEMSA (ESF) E SEMDEC; Autorizar a mobilização e acionamento de recursos externos (através do Coordenador do Gabinete de Crise); Participar do planejamento e tomada de decisões sobre recuperar áreas devastadas, executar replantio e possíveis obras; VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
SEMGA	Atuar no suporte às operações de resposta (ação conjunta SEMGA e SEMDEC); VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
CGM	VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
PGM	VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
SEMCOM	Divulgar informações relacionadas ao acidente (danos, desaparecidos, etc); VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
SEMAAP	VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
SEMECT	Disponibilização de escolas que sirvam de abrigo e transporte; VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
SEMEL	VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
SEMFA	VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
SEMPOD	VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
SEMMA	Recebimento de doações (ação conjunta da SMTHPS / SEMTICC / SEMMA / SEMSA (ESF) E SEMDEC; Recuperar áreas, planejar e executar replantio e possíveis obras (ação conjunta da SEMMA / SEMOB / SESMA); VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
SEMTHPS	Cadastramento das vítimas que forem realocadas em função de evacuação; Coordenação dos abrigos; Recebimento de doações (ação conjunta da SMTHPS / SEMTICC / SEMMA / SEMSA (ESF) E SEMDEC; Recolher diariamente as doações nos órgãos de captação e distribuí-las com apoio de voluntários; VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
SEDIMM	VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
SEMPDE	VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
SEMOB	Recuperar áreas, planejar e executar replantio e possíveis obras (ação conjunta da SEMMA / SEMOB / SESMA); VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
SEMSMA	Recuperar áreas, planejar e executar replantio e possíveis obras (ação conjunta da SEMMA / SEMOB / SESMA); VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
SEMSA	Primeiros socorros e atendimento pré-hospitalar (SEMSA / SAMU / CBMERJ); Proporcionar atenção à saúde dos assistidos, atuar em abrigos e residências (SAD); Prevenção e controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis (controle de fatores de risco) – Vigilância em Saúde; Atendimento psicossocial (RAPS); Manter cadastro das vítimas que receberam atendimento médico e repassar os dados à Promoção Social; Recebimento de doações (ação conjunta da SMTHPS / SEMTICC / SEMMA / SEMSA (ESF) E SEMDEC; VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
SEMTICC	Recebimento de doações (ação conjunta da SMTHPS / SEMTICC / SEMMA / SEMSA (ESF) E SEMDEC; VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
SEMTRAN	VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
SEMAD	Acionar às concessionárias para restabelecimento de serviços essenciais (Divisão de Material e Patrimônio) – ENEL, OI, etc; VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
SEMSP	Evacuação em localidade sinistrada através da GCM (ação conjunta entre SEMDEC / SEMSP (GCM), CBMERJ e PMERJ); VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
CBMERJ	Ações de busca e salvamento; Primeiros socorros e atendimento pré-hospitalar (em conjunto com o SAMU / SEMSA); Evacuação em localidade sinistrada (ação conjunta entre SEMDEC / SEMSP (GCM), CBMERJ e PMERJ); Recolher cadáveres (ação conjunta do IML e CBMERJ); VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
PMERJ	Evacuação em localidade sinistrada (ação conjunta entre SEMDEC / GCM, CBMERJ e PMERJ); VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
IML	Recolher cadáveres (ação conjunta do IML e CBMERJ); VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
ICMbio	VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
AMLD	VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;
INEA	VIDE ATRIBUIÇÕES GERAIS;

47.0 CONTATOS:

FUNÇÃO	NOME	TELEFONE
Prefeita	Maira Branco Monteiro	(22) 98179-1973
Coordenador da Defesa Civil	Sidnei de Melo	(22) 99701-9940
Coordenador da Defesa Civil	Maick Salles Domingues de Souza	(22) 99759-8299
Subcoordenador de Defesa Civil	Jozinei Reis da Silva	(22) 99741-6450
Secretária de Gabinete Civil	Débora Maria Guimarães	(22) 99903-2689
Secretário de Administração	Rafael Cortes	(21) 97127-8286
Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca	Gracil de Araújo Quintanilha	(22) 99852-3245
Subsecretária Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia	Regina M. da Conceição Xavier	(21) 99814-0458
Subsecretário Municipal de Esporte Lazer	Hiago Amorim	(22) 99993-2782
Secretário Municipal de Fazenda	Leandro V. Antunes Pinheiro	(22) 99902-3529
Secretário Municipal de Meio Ambiente	Gabriela Figueiredo	(22) 99924-1622
Secretário Municipal de Trabalho, Habitação e Promoção Social	Isabela Mello	(22) 99925-4489
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico	Renata Machado Ribeiro	(22) 99816-7314
Secretário Municipal de Obras	Nilton Junior	(21) 98161-7893

Secretário Municipal de Serviços Públicos e Manutenção	Alan Ribeiro Sá	(22) 99762-0352
Secretário Municipal de Segurança Pública	Marcelo Herdy Belmont	(22) 97401-2110
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social	Willian Policiano	(21) 99140-0506
Subsecretário Municipal de Turismo, Indústria, Comércio e Cultura	Luana Branco	(21) 99924-1622
Subsecretário Municipal de Transporte	Alex Sanders Ferreira da Silva	(22) 99921-7916
Secretário Municipal de Governo	-	-
Controlador Geral do Município	Melina Cláudia Heringer Gama Ghiotti Stofel	(22) 99223-4799
Procurador Geral do Município	Felipe da Costa Ferreira	(22) 99995-9967
Subsecretário Municipal de Comunicação Social	Leonardo Fagundes	(22) 99815-1030

48.0 ÓRGÃOS DE APOIO

ÓRGÃO	NOME	TELEFONE
AMLD	Luís Paulo Marques	(22) 99811-8910
ICMBio	Gustavo Luna	(22) 99971-2080
SAMU	Lauro de Oliveira Alves.	(22) 99744-7555
PROLAGOS	Celeste Passos Fernandes	(22) 99847-2229
ENEL	Gustavo	(22) 99982-9452

49.0 CONTATOS DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL E ÓRGÃOS ESTADUAIS

CARGO	NOME	TELEFONE
Secretário Estadual de Defesa Civil	Cel. BM Tarciso Antônio de Salles Junior	(21) 2333 - 3123
Subsecretário Estadual De Defesa Civil	Cel. BM Marco Albino Lourenço Pereira	(21) 2333 - 3123
Coordenador Redec Litorânea	Ten. Cel. BM Marcos Rodrigo Neiva da Silva	(22) 98138-3044
Superintendente Operacional de Defesa Civil	Cel. BM Gileno Alves de Lima	(21) 2333 - 3048
Coordenador Municipal de Defesa Civil	Sidnei de Melo	(22)99701- 9940
Coordenador Municipal de Defesa Civil	Maick Salles Domingues de Souza	(22) 99759 -8299
Subcoordenador Municipal de Defesa Civil	Jozinei Reis da Silva	(22) 99741-6450
Comte do 9º GBM Macaé	Ten. Cel. BM Leonardo Peleteiro	(22) 98831 -8158
Comte do DBM 1/9 Casimiro De Abreu	Maj. BM Lia Povil	(22) 2778 - 4534
Diretoria Geral de Defesa Civil	Cel. BM Jocemar Pinheiro Leal	(21) 2333-7770
Escola De Defesa Civil	Ten. Cel. BM Kellen Cristine Nunes Salles	(21) 2334-6458
Comte Do 35º BPM Itaboraí	Ten. Cel. PM Júlio Cesar	(21) 3639-5100
Comte Da 5ª Cia PM Silva Jardim	Capitão PM Araujo	(21) 96436-5879

50.0 CENTRO DE TRIAGEM E PONTOS DE ABRIGAMENTO

CENTRO DE TRIAGEM			
NOME DO LOCAL	ENDEREÇO	RESPONSÁVEL	TELEFONE
CEPM- Prof. Vera Lúcia Pereira Coelho	Rua Augusto Antônio de Amorim, nº 400 – Caju	Karin Zozimo	(22) 99843-9126
		Gabriela Lara	(22) 98177-9923

51.0 PONTOS DE ABRIGAMENTO (ESCOLAS)

PONTOS DE ABRIGAMENTO			
NOME DO LOCAL	ENDEREÇO	RESPONSÁVEL	TELEFONE
CEPM – Prof.^a Vera Lúcia Pereira Coelho	Rua Antônio Augusto de Amorim, nº 400 – Caju	Karin Zozimo	(22) 99843-9126
		Gabriela Lara	(22) 98177-9923
E. Mun. Agenor Pires Cunha	Rua Antônio Ferreira – BR 101 – Caxito	Marli Macharete Cunha	(22)99693-3602
E. Mun. Alfredo Backer	Rua do Paraíso – Juturnaíba	Rosa Maria Gomes Bensa	(22) 99761-8001
E. Mun. Cambucaes	Fazenda Cambucaes	Luizimar Maria Pereira	(22)99933-1402
CIE Adail Maria Tinoco	Lucilândia – Boqueirão	Érica Guimarães	(22) 99924-1135
Complexo Educacional Professora Sônia B. P. Brandt	Rua Álvaro Toledo, nº 99– Cesário Alvim	Erenilda	(21)99528-1975
Creche Emanuel	Av. 08 de Maio, nº 36 – Centro	Cristiane Jardim Jéssica Coutinho	(22)99875-0746
Creche Laurita Lacerda de Souza	Rua nº1 – Lucilândia	Alessandra Panisset	(22)99932-5425
E. M. Durval Palmeira	Rua Alfredo Camargo de Mello, s/nº – Fazenda Brasil	Edineia Furtado	(22)99821-3447

E. E. Mun. Imbaú	Rua Zenita Oliveira Souza, s/nº –Imbaú	Elenice Simões	(22)99976-2692
Jardim de Infância “O Patinho Feio”	Rua Silva Jardim – Centro	Luciana Guimarães	(22)99840-3113
E. Mun. Lucilândia	Rua I – Lucilândia	Juscivâni Nascimento	(22)99753-8838
E. E. Mun. Maurília Moreira de Carvalho	RJ 140 – Km 61 – Coqueiro	Marly Oliveira	(22)99702-9327
E. Mun. Omar Faria Alfradique	Rua 28 de Abril – Cidade Nova	Karine Zózimo Monique Silva	(22)99926-2596 (21) 97128-6760
E. Mun. Prof.ª Corina Halfeld	Estrada de Bananeiras, S/n, Bananeiras	José Rocha	(21)99757-0072
E. M. Silvina Ferreira Braga	Estrada de Mato Alto	Carlos Adriano Bastos da Silva	(22)99858-6613
E.E. Mun. Vargem Grande	Estrada de Vargem Grande, S/n	Levi Tinoco	(22)99810-8904
E.E. Mun. Vila Silva Jardim	R. Projetada Aldeia Velha	Vaiga da Fonseca Rodrigues	(22)98117-6337
Associação Pestalozzi	R. Silva Jardim, 46 – Centro	Verônica Mattos	(22) 2668-1316 (22) 99954-5070
C.E. São Sebastião	Rod. BR 101 KM 237 – Silva Cunha	Alcione Maria de Castro Silva	(22) 2668-0738
C.E. Sérvulo Mello	Rua Padre Ávila, s/nº– Centro	Eliane Xavier	(22) 2668 - 1220
Colégio Evangélico Pequeno Príncipe	Rua Augusto Antônio de Amorim, 361 – Caju.	Marcos Vieira	(22) 2668-1001 (22) 99704-7867
E.E. (M) Gaviões	Rua Thomas Sebastião Barroco, s/nº.	Paula Santiago	

52.0 PONTOS DE ABRIGAMENTO (IGREJAS)

NOME DO LOCAL	ENDEREÇO	RESPONSÁVEL	TELEFONE
Igreja Matriz Nossa Senhora da Lapa	Rua Luiz Gomes, S/Nº - Centro	P. Willams	(21) 98554-4534
Igreja Evangélica Assembleia de Deus	Rua Borges Alfradique, Nº 196 - Centro.	Pr. Moisés C. da Silva	(22) 99977-4209
Igreja Evangélica Assembleia de Deus	Rua Luiz Gomes, Nº 96 - Centro.	Pr. Jacob	(22) 99855-7937

Igreja Pentecostal Unidos Em Cristo	Rua Luiz Gomes, S/Nº - Centro.	Pr. Jadir	(22) 99981-1102
Igreja Batista Memorial	Av. Silva Jardim, nº 407- Reginópolis.	Pr. Luiz Sérgio	(22) 99946-3462
Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Imbaú.	Av. Prof. de Souza Herdy, Nº 848 – Imbaú.	Pr. Fernando	(22)99205-4117
Igreja Batista do Calvário	Rua Dr. Aguinaldo de Moraes Filho, Nº 305 - Reginópolis	Pr. Josué	(22) 99767-2218
Igreja Batista de Varginha	Av. Geneciano Luz, Nº 42 - Varginha.	Pr. Danilo	(22) 99876-2440
1ª Igreja Batista em Silva Jardim.	Av. Luiz Gomes, Nº 782 - Centro.	Pr. Alex Vargas	(21) 97364-5845
1ª Igreja Batista em Imbaú	Av. Prof. José de Souza, Nº 1.200 – Imbaú.	Pr. Alcenir	(22) 99814-9037
Igreja Batista em Fazenda Brasil	Rua Rio Amazonas – Fazenda Brasil	Pr. Yuri	(22) 99873-6768

53.0 MATRIZ DE RESPONSABILIDADE

❖ SUBSECRETARIA DE DEFESA CIVIL

Manter os órgãos envolvidos cientes da evolução dos acontecimentos; atualização do mapeamento das áreas de risco; acionar, quando ocorrer a identificação de uma emergência, os órgãos responsáveis; determinar o tipo de evento, magnitude e áreas afetadas; efetuar o preenchimento da documentação necessária para declaração, homologação e reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

❖ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Monitorar e controlar o tráfego de veículos, interditar vias, caso necessário, e estabelecer rotas alternativas de trânsito; controlar o acesso e manter a ordem e segurança nos abrigos temporários.

❖ SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MANUTENÇÃO

Fornecer máquinas e equipamentos, com operadores para execução de serviços emergenciais, como limpeza e desobstrução de vias, retirada de escombros.

❖ SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E PESCA

Fornecer máquinas e equipamentos, com operadores para execução de serviços emergenciais.

❖ SECRETARIA DE TRABALHO, HABITAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

Organizar o estoque e a distribuição de ajudas humanitárias; organizar a triagem e cadastramento das pessoas, atingidas pelo desastre; coordenar os abrigos temporários; providenciar a alimentação para os abrigos temporários; coordenar campanhas de ajudas humanitárias, solicitando doações para as necessidades reais.

❖ SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Divulgar campanhas de ajudas humanitárias; planejar e organizar coletivas de imprensa para o poder executivo local; elaborar e divulgar informativos que contenham dados sobre o desastre e locais de abrigo.

❖ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Fornecer as escolas para abrigo; fornecer os ônibus para transporte dos moradores das áreas atingidas pelo desastre.

❖ SECRETARIA DE OBRAS

Executar a avaliação dos danos, através de técnicos devidamente habilitados.

Obs.: as demais Secretarias fornecerão apoio, com a mão de obra de seus servidores.

54.0 MODELO DE DECRETO PARA DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ANORMALIDADE

logotipo do município

DECRETO Nº xxxx, DE xx DE JANEIRO de xxxxx.

*Declara em situação anormal, caracterizada como **Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública** nas áreas do Município de xxxxxxxx afetadas por _____ (tipificação de acordo com o COBRADE, inclusive o código numérico) e dá outras providências.*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE XXXXXXXX, uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Lei Orgânica Municipal nº xxxx, de xx de xxxx de xxxx **(que atribui ao prefeito a prerrogativa de baixar decreto)**, Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e pelo Art. 2 da Instrução Normativa 36, de 04 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO as fortes precipitações pluviométricas de xx mm, durante o período de xx horas, registrado no pluviômetro da rede pertencente ao (CEMADEN/ RJ/ CEMADEN/MCT OU INEA), o que corresponde a xx % da média mensal;

CONSIDERANDO que, em consequência das chuvas intensas as áreas deste município foram afetadas por diversas ameaças alagamentos, inundações, enxurradas e deslizamentos, resultando nos danos e prejuízos constantes no formulário de informações de desastre - FIDE, que comprometeram a capacidade de resposta da administração local;

CONSIDERANDO Que o parecer da Subsecretaria (secretaria, superintendência) Municipal de Proteção e Defesa Civil - SEMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a situação anormal, caracterizada como **Situação de Emergência** nas áreas do município afetadas pelo desastre classificado e codificado como **CHUVAS INTENSAS (COBRADE- 1.3.2.1.4)**, conforme IN/MI nº 36, de 04 de dezembro de 2020.

Parágrafo Único – Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Informações de Desastres – FIDE.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da **Subsecretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil - SEMDEC**, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da **Subsecretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil - SEMDEC**.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no **Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941**, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no **Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993**, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de **bens necessários às atividades de resposta ao desastre**, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 29 de dezembro de 2017.

Prefeito

55.0 MODELO - OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE MATERIAL DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL _____

_____ DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Ofício SEMDEC Local, __ de _____ de ____.

Ilmo. Sr. Cel BM **Rodrigo** André de Oliveira **Bastos**

Diretor do Departamento Geral de Defesa Civil

Anexos:

1. Formulário de solicitação de apoio da SEDEC;
2. Cópia do Decreto de Criação do gabinete Municipal de Crise (se houver);
3. Cópia do protocolo de abertura do FIDE no S2ID;
4. Cópia do Decreto de Declaração de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública (obrigatório).

Prezado Diretor

Cumprimentando-o cordialmente, venho através deste, informar que já tendo esgotada a capacidade de resposta deste município, conforme descrito no formulário em anexo, e que não possui os materiais abaixo em estoque municipal emergencial de desastre e nem termo elaborado de adesão de registo de preço, solicito o apoio da Defesa Civil Estadual, em caráter emergencial, conforme descrito abaixo, tendo em vista o desastre ocorrido em nosso município, desastre esse registrado no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) através do protocolo nº xxxxxxxxx.

Nº do Item	Discriminação - Nome / Características do Material	Quantidade

Declaro estar ciente que constatada, a qualquer tempo, a presença de vícios nos documentos apresentados, ou a inexistência da situação de emergência ou do estado de calamidade pública declarados, o Decreto de Homologação Estadual será revogada e perderá seus efeitos bem como quaisquer ato administrativo que tenha autorizado a transferência de recursos materiais e/ou financeiros, ficando o ente beneficiário obrigado a ressarcir o Estado dos valores e materiais repassados e sujeito às demais penalidades previstas em lei.

Atenciosamente,

A tempo informo que **possuo (ou não)** meios para o transporte do referido material.

Prefeito

56.0 MODELO – OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE RECONHECIMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE [Inserir o nome do município]
[Inserir endereço com CEP]
[Inserir números de telefone e o e-mail]

Ofício nº [Inserir o número do ofício]

[Inserir local], [Inserir dia] de [Inserir mês] de [Inserir ano].

A Vossa Excelência o Senhor
Alexandre Lucas Alves – Cel PM
Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º Andar – Brasília-DF
CEP: 70067-901
Telefone: (061)2034-5513

Assunto: **Solicitação de Reconhecimento Federal de Situação de Emergência.**

Senhor Secretário,

1. Por meio do Decreto nº [Inserir o número do Decreto Municipal], de [Inserir o dia] de [Inserir o mês] de [Inserir o ano], o Chefe do Executivo Municipal declarou situação de emergência nas áreas do município de [Inserir o nome do município], discriminadas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE [Inserir o número do protocolo do FIDE do evento]
2. Com base nas informações constantes no sistema S2ID e atendendo ao que preceitua os incisos I a III do §1 do artigo 6º da Instrução Normativa n.º 36 de 04 de dezembro de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional, seguem as informações do desastre:
 - I - Devido ao desastre ocorreram ... (Descrever um resumo das consequências do desastre)
 - II – O desastre ocasionou.. (Descrever a situação dos afetados, citar o valor dos Danos e Prejuízos públicos e privados e quaisquer outros desdobramentos do desastre)
 - III - O Poder Executivo Municipal deseja o reconhecimento ordinário do desastre com o intuito de realizar ações de resposta (assistência a vítimas e reestabelecimento de serviços essenciais) para o reestabelecimento da normalidade, com fulcro no item IV, artigo 24, da lei n.º 8.666/93 (licitações e contratos);
 - IV - As medidas já tomadas para o enfrentamento do desastre foram: Descrever as medidas já tomadas bem como os recursos já empregados, isso segundo o DMATE.
 - V - V. Benefício Federal: Liberação do FGTS; e o respectivo amparo legal: a) Decreto n.º 5.113, de 22 de junho de 2004 – regulamenta o art. 20, inciso XVI, da lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviços- FGTS, e dá outras providências. b) Decreto 7.664, de 11 de janeiro de 2012, dá nova redação ao art. 4 do Decreto 5.113, de 22 de junho de 2004, que regulamenta o art. 20, inciso XVI, da lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
3. Dessa forma, **solicita-se o reconhecimento federal** da situação de anormalidade declarada.

Atenciosamente,

[Inserir o nome do (a) Prefeito (a) /Assinatura]
Prefeito (a) Municipal

57.0 MODELO – OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO ESTADUAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE [Inserir o nome do município]
[Inserir endereço com CEP]
[Inserir números de telefone e o e-mail]

Ofício nº [Inserir o número do ofício]

[Inserir local], [Inserir dia] de [Inserir mês] de [Inserir ano].

Ao Exmo. Senhor
Cláudio Castro
Governador do Estado do Rio de Janeiro
Palácio Guanabara - Rua Pinheiro Machado - Laranjeiras
CEP.: 22231-901 – Rio de Janeiro

CC/Exmo. Sr. Cel BM Leandro Sampaio Monteiro
Secretário de Estado de Defesa Civil e Comandante Geral do CBMERJ.

Assunto: Decreto Municipal N.ºXXX/20XX – Decretação de Situação de Emergência

Exmo. Sr. Governador,

Considerando a publicação do decreto municipal N.ºXXX/20XX, que declara Situação de Emergência no Município de XXXXXXXXXXXXX, em razão do desastre natural, venho solicitar a Homologação do referido decreto, para que possa surtir todos seus justos efeitos jurídicos e administrativos.

Na certeza de contar com vosso pronto atendimento, desde já agradecemos e colocamo-nos a disposição para trabalharmos juntos em prol ao desenvolvimento do município de XXXXXXXXXXXXXXX.

Atenciosamente,

[Inserir o nome do (a) Prefeito (a) /Assinatura]
Prefeito (a) Municipal

58.0 MODELO DE DECRETO DE GERENCIAMENTO DE CRISE

DECRETO Nº ____/20__, DE ____ DE _____ DE 20__

Institui o GABINETE DE GERENCIAMENTO DE CRISE, para a adoção de medidas visando a avaliação e o enfrentamento do (possível) Desastre de _____ - COBRADE _____, no âmbito do Município, e dá outras providências.

O Exmo Sr _____, Prefeito do Município de _____, localizado no estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial, o disposto no inciso ____, do art. ____, da Lei Orgânica do Município de _____,

CONSIDERANDO a necessidade de fazer levantamento dos danos e prejuízos causados pelo possível desastre em lide.

CONSIDERANDO a multidisciplinaridade dos vários temas a serem abordados para análise e levantamento de dados do evento adverso em estudo.

CONSIDERANDO a necessidade da possibilidade da decretação da Situação de Emergência ou Estado de Calamidade.

CONSIDERANDO a necessidade de medir a intensidade dos impactos do incidente em lide.

CONSIDERANDO a necessidade da gestão coordenada do possível desastre.

CONSIDERANDO a necessidade da elaboração de um diagnóstico do possível desastre.

CONSIDERANDO a necessidade de atender os critérios do preenchimento do Formulário de Informações do Desastre (FIDE), formulário oficial da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – Ministério do Desenvolvimento Regional.

CONSIDERANDO a necessidade de juntar os relatórios das diversas secretarias envolvidas em um documento único, que será emitido pelo órgão Municipal de Defesa Civil, para subsidiar as ações decisórias do Sr. Prefeito.

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado o Gabinete Municipal de Gerenciamento de Crise – GMGC, com a responsabilidade de criar relatórios dos danos e prejuízos em suas respectivas áreas de atuação, para dar sustentabilidade ao Formulário de Informações do Desastre (FIDE) do órgão municipal de Defesa Civil.

Art. 2º. O GMGC será composto pelos seguintes órgãos, representados pelos seus titulares:

- I – Defesa Civil;
- II – Obras
- III – Agricultura
- IV – Ação Social
- V – Meio ambiente
- VI – Educação
- VII – ETC

Parágrafo Único: O Órgão Municipal de Defesa Civil será o responsável por coordenar o GMGC, elaborar o Relatório Final e preencher os FIDE.

Art. 3º Os Órgãos elencados no artigo anterior, deverão entregar seus relatórios com valores e dimensões, dos danos e prejuízos.

Parágrafo Único: Devido a urgência das informações, os valores levantados deverão ser com maiores detalhes possíveis que a ocasião propuser, aproximando da situação real.

Art. 4º. A base do GMGC funcionará na SEDE do Órgão Municipal de Defesa Civil.

Art. 5º. Os Relatórios elaborados pelos órgão elencados no artigo 2º, deverão ser entregues ao Órgão Municipal de Defesa Civil, até o dia ____/____/____, as __:__ horas.

Art. 6º. O Relatório Final, que será a compilação de todos os relatórios, deverá ser entregue ao Prefeito até o dia ____/____/____, as __:__ horas, com a sugestão e/ou proposta do titular da pasta para que seja tomada as decisões cabíveis de ação ao incidente, acionamento do PLANCOM e/ou a decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública.

Art 7º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Prefeito

59.0 MODELO - FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE ATUAÇÃO MUNICIPAL EM RESPOSTA A DESASTRE

REDEC:		Município:	
Data:		COBRADE:	
Breve descrição do evento			
Houve decretação criando o Gabinete de Crise?		Sim, encaminhar cópia do decreto.	
		Não	
Protocolo do FIDE			
Quais as ações que o Município desenvolveu até o momento?			
Foi decretado SE ou ECP?		Sim, encaminhar cópia do decreto.	
		Não	
Foi montado abrigo provisório?	Sim	Informar capacidade do abrigo	
	Não		
Qual a previsão (dias) de permanência do Abrigo			
Nº de desabrigados		Nº de desalojados	
Nº de Outros Afetados - (descrever de que forma foram afetados: ex. perda de móveis, eletrodoméstico, alimentação etc.)			
Quais os órgãos da prefeitura envolvidos até o momento?			
Quais os recursos empenhados pela prefeitura até o momento?			
A prefeitura possui depósito para armazenamento de material de ajuda humanitária?		Sim	
		Não	
A prefeitura possui estoque de material de ajuda humanitária?		Sim	
		Não	
A prefeitura possui Sistema de Registro de preço para aquisição de materiais de Ajuda Humanitária?		Sim	
		Não	
Foi esgotada toda a capacidade de resposta (Ajuda Humanitária) do município?		Sim	
		Não	

Gestor do Órgão de Proteção e defesa Civil	Gestor do Órgão de Promoção Social
--	------------------------------------

60.0 MODELO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS MATERIAIS DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

LOGOTIPO DO MUNICÍPIO

Ofício / Relatório de Prestação de contas nº xx/2021 15 de janeiro de 2021.

Ao: Ilmo Sr.

Coordenador Regional de Defesa Civil

1 - FINALIDADE

O presente relatório tem por objetivo prestar contas à Secretaria de Estado de Defesa Civil sobre a utilização do material de assistência humanitária doado a este município para a assistência da população afetada pelo desastre, _____ (tipificação do COBRADE), nas áreas xxxxxxxxx, conforme descritas no formulário de informação de desastre, ocorrido em xxx, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, de xxxxx.

2 - RELAÇÃO DO MATERIAL DOADO PELA SEMDEC

Nº do Item	Discriminação - Nome / Características do Material	Quantidade	Nº do Termo de doação	Data da Doação

3 - RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Nome	Endereço	CPF	Material Recebido
TOTAL			

4 - PLANILHA TOTALIZADORA DOS MATERIAIS DOADOS

Cobertor	Cesta Básica	Colchão	Fronha

5 - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Neste tópico o responsável pela prestação irá colocar algumas fotos, identificadas demonstrando o atendimento à população

61.0 MODELO – FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES DO DESASTRE – FIDE

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SINPDEC	
	<h3>Formulário de Informações do Desastre – FIDE</h3>

1. Identificação

UF:		Município:	
População (Habitantes):	PIB (Anual):	Orçamento (Anual):	Arrecadação (Anual):
	R\$	R\$	R\$
Receita Corrente Líquida – RCL			
Total Anual: R\$		Média Mensal: R\$	

2. Tipificação

COBRADE	Denominação (Tipo ou Subtipo)

3. Data de Ocorrência

Dia	Mês	Ano	Horário

4. Área Afetada/Tipo de Ocupação

	Não Existe/ Não Afetada	Urbana	Rural	Urbana e Rural
Residencial				
Comercial				
Industrial				
Agrícola				
Pecuária				
Extrativismo Vegetal				
Reserva Florestal ou APA				
Mineração				
Turismo e Outras				
Descrição das Áreas Afetadas (Especificar se Urbana e/ou Rural):				

5. Causas e Efeitos do Desastre - Descrição do Evento e Suas Características:

--

6. Danos Humanos, Materiais ou Ambientais

6.1 – Danos Humanos	Tipo	Nº de Pessoas
	Mortos	
	Feridos	
	Enfermos	
	Desabrigados	
	Desalojados	
	Desaparecidos	
	Outros Afetados	
	Total de Afetados	

Descrição dos Danos Humanos:

6.2 – Danos Materiais	Tipo	Quantidades Destruidas	Quantidades Danificadas	Valor (R\$)
	Unidades Habitacionais			
	Instalações Públicas de Saúde			
	Instalações Públicas de Ensino			
	Instalações Públicas Prestadoras de Outros Serviços			
	Instalações Públicas de Uso Comunitário			
Obras de Infraestrutura Pública				

Descrição dos Danos Materiais

6.3 – Danos	Tipo	População do Município Atingida
----------------	------	---------------------------------

Ambientais	Contaminação do Ar	() 0 a 5% () 5 a 10% () 10 a 20% () Mais de 20%
	Contaminação da Água	() 0 a 5% () 5 a 10% () 10 a 20% () Mais de 20%
	Contaminação do Solo	() 0 a 5% () 5 a 10% () 10 a 20% () Mais de 20%
	Diminuição ou Exaurimento Hídrico	() 0 a 5% () 5 a 10% () 10 a 20% () Mais de 20%
	Incêndio em Parques, APA's ou APP's	Área Atingida
() Até 40% () Mais de 40%		
Descrição dos Danos Ambientais:		

7. Prejuízos Econômicos Públicos e Privados

7.1 – Prejuízos Econômicos Públicos	Serviços Essenciais Prejudicados	Valor P/ Restabelecimento (RS)
	Assistência Médica, Saúde Pública e Atendimento de Emergências	
	Abastecimento de Água Potável	
	Esgoto de Águas Pluviais e Sistema de Esgotos Sanitários	
	Sistema de Limpeza Urbana e de Recolhimento e Destinação do Lixo	
	Sistema de Desinfestação/Desinfecção do Habitat/Controle de Pragas e	
	Geração e Distribuição de Energia Elétrica	
	Telecomunicações	
	Transportes Locais, Regionais e de Longo Curso	
	Distribuição de Combustíveis, Especialmente os de Uso Doméstico	
	Segurança Pública	

	Ensino	
	Valor Total dos Prejuízos Públicos	
Descrição dos Prejuízos Econômicos Públicos:		

7.2 –	Setores da Economia	Valor (R\$)
Prejuízos Econômicos Privados	Agricultura	
	Pecuária	
	Indústria	
	Comércio	
	Serviços	
	Valor Total dos Prejuízos Privados	
Descrição dos Prejuízos Econômicos Privados:		

8. Instituição Informante

Nome da Instituição:		Nome do Responsável:			
Endereço:					
CEP:					
E-mail:					
Cargo:	Assinatura e Carimbo	Telefones:	D	Mês	Ano
		() ()	i		
			a		

9. Instituições Informadas

	SIM	NÃO
Órgão Estadual de Proteção e Defesa Civil		
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sedec		

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sedec

Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º Andar

CEP: 70.067-901 - Brasília/DF

Telefone Plantão: 0800 644 0199

62.0 MODELO DE DECLARAÇÃO MUNICIPAL DE ATUAÇÃO EMERGENCIAL - DMATE

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SINPDEC

DECLARAÇÃO MUNICIPAL DE ATUAÇÃO EMERGENCIAL - DMATE

Município:	UF:		
1. Caracterização de Situação de Emergência ou Calamidade Pública:		SIM	NÃO
A magnitude do evento superou a capacidade de gestão do desastre pelo poder público			
Os danos e prejuízos comprometeram a capacidade de resposta do poder público municipal			
Os prejuízos econômicos públicos foram causados por esse desastre			
Os prejuízos econômicos públicos desse desastre foram separados dos privados			
Informe, resumidamente, esses danos e prejuízos:			
2. Informações Relevantes sobre o desastre			
HISTÓRICO DE DESASTRE	SIM	NÃO	
Este tipo de evento já ocorreu anteriormente			
Este tipo de evento ocorre anual e repetidamente			
Se este tipo de desastre ocorre repetida e/ou anualmente cite as ações preventivas e explique porque ainda exige ação emergencial			
3. Informações sobre capacidade gerencial do Município			
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/TÁTICO/OPERACIONAL MUNICIPAL	SIM	NÃO	
Já foi efetuado o mapeamento das áreas de risco neste Município			
O município possui COMDEC ou órgão correspondente			
Existe Plano de Contingência para o tipo de desastre ocorrido			
Foram realizados simulados de evacuação da população nas áreas de risco do município			
Esse desastre foi previsto e tem recurso orçamentário na LOA atual			
Existe um programa/projeto para enfrentamento desse problema com inclusão no PPA			
Órgãos e Instituições Estaduais apoiam a Defesa Civil Municipal			
Informe as dificuldades do município para a gestão do desastre			

4. Medidas e Ações em curso: Indicar as medidas e ações de socorro, assistência e de reabilitação do cenário adotadas pelo Estado.

4.1 Mobilização e Emprego de Recursos Humanos e Institucionais

Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.

PESSOAL / EQUIPES EMPREGADAS	S/N	NA	QUANT
Apoio a Saúde e Saúde Pública			
Avaliação de Danos			
Reabilitação de Cenários (obras públicas e serviços gerais)			
Assistência médica			
Busca, resgate e salvamento			
Segurança pública			
Ajuda humanitária			
Promoção, assistência e comunicação social			
Outros			

Descrever outros e/ou detalhar, quando for o caso, o pessoal e equipes já empregados ou mobilizados.

4.2 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS:

Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.

MATERIAL / EQUIPAMENTO EMPREGADO	S/N	NA	QUANT
Helicópteros, Barcos, Veículos, Ambulâncias, Outros meios de transporte			
Equipamentos e Máquinas			
Água Potável/ Alimentos/Medicamentos			
Material de Uso pessoal (asseio e higiene, utensílios domésticos, vestuário, calçados, etc)			
Material de Limpeza, desinfecção, Desinfestação e Controle de Pragas e Vetores			
Outros			

Descrever e/ou detalhar, quando for o caso, os materiais e equipamentos já empregados ou providenciados.

4.3. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS FINANCEIROS

Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.

VALOR FINANCEIRO EMPREGADO	S/N	NA	VALOR (R\$)
Oriundos de Fonte Orçamentária Municipal			
Oriundos de Fonte Extra orçamentária Municipal			
Oriundos de Doações: Pessoas Físicas, Pessoas Jurídicas, ONG			
Oriundos de Outras fontes			

Descrever e/ou detalhar

5. INFORMAÇÕES PARA CONTATO

Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil:

Telefone: ()

Celular: ()

Fax: ()

E-mail:

Local e Data : , de de 201_

63.0 REGISTROS DE ALTERAÇÕES

DATA	ALTERAÇÃO	OBS.
24/04/2013	Versão inicial – v.1	
16/05/2014	Versão atualizada – v.2	
30/07/2015	Versão atualizada – v.3	
01/08/2016	Versão atualizada – v.4	
31/07/2017	Versão atualizada – v.5	
01/07/2018	Versão atualizada – v.6	
01/07/2019	Versão atualizada – v.7	
03/09/2020	Versão atualizada – v.8	
05/11/2021	Versão atualizada – v.9	
05/10/2022	Versão atualizada – v.10	
07/11/2023	Versão atualizada – v.11	
31/10/2024	Versão atualizada – v.12	



PLANCON

VIGÊNCIA - 2024 / 2025
